



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1287/13	DATA: 30/08/2013
INÍCIO: 10h33min	TÉRMINO: 13h07min	DURAÇÃO: 2h34min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h34min	PÁGINAS: 51	QUARTOS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
NILSON DE OLIVEIRA CALUF - Presidente da Câmara de Vereadores de Oiapoque, Estado do Amapá. NEUZA VELASCO - Vereadora pelo Município de Oiapoque, Estado do Amapá. CHRISTINE FONSECA DOS SANTOS - Assistente Social, representante da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá. MAURÍCIO BRASIL - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Oiapoque, Estado do Amapá. LUIZ GROTT - Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Oiapoque, Estado do Amapá. BENEDITO DE QUEIROZ ALCÂNTARA - Representante da Comissão de Justiça e Paz do Município de Oiapoque, Estado do Amapá. MOISÉS RIVALDO PEREIRA - Promotor de Justiça no Estado do Amapá. ANGELINA NETA DOS SANTOS RIBEIRO - Vereadora pelo Município de Oiapoque, Estado do Amapá. JOSÉ NAZARENO RODRIGUES LOBÃO - Vereador pelo Município de Oiapoque, Estado do Amapá. HUMBERTO JOSÉ BAIA JÚNIOR - Secretário de Turismo do Município de Oiapoque, Estado do Amapá. MARIA RAIMUNDA COSTA HOLANDA LLORENS - Professora. APARECIDO LUIZ DE SOUZA - Padre. MAGALI BANDEIRA DOS SANTOS - Participante. MARIA DE NAZARÉ DOS SANTOS OLIVEIRA - Voluntária da Pastoral Carcerária em Oiapoque, Estado do Amapá. TITO GUIMARÃES NETO - Delegado da Polícia Civil do Estado do Amapá.

SUMÁRIO: Debate acerca do tema objeto de análise da Comissão.

OBSERVAÇÕES
Reunião realizada na Associação de Mototaxistas de Oiapoque, Estado do Amapá. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todos e a todas. Nós vamos dar início à nossa reunião, já com algum atraso, e nós vamos dispensar um pouco aqui o protocolo, que é muito comum nessas solenidades, apesar de ser uma audiência pública que nós estamos realizando hoje aqui no Estado do Amapá, no Município de Oiapoque.

É uma audiência pública da Câmara dos Deputados, da CPI do Tráfico de Pessoas. Eu tenho a honra de presidi-la. Meu nome é Arnaldo Jordy. Eu sou Deputado Federal aqui vizinho de vocês, do Estado do Pará, e fui conduzido a esta condição de Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas. É a primeira CPI do Tráfico de Pessoas instituída no âmbito da Câmara dos Deputados para investigar as causas desse fenômeno social e econômico, em que o Brasil está inserido no contexto mundial. O tráfico humano, lamentavelmente, é um crime que cresce no mundo inteiro. Hoje movimenta mais de 32 bilhões de dólares no mundo por ano, vitimando mais de 3 milhões de pessoas. E o Brasil, infelizmente, frequenta entre os dez países com maior incidência dessa prática criminosa. Talvez as pessoas, quando tomam conhecimento desses dados, se assustem um pouco porque esse crime não é um crime que esteja tão visível na sociedade, como outros tipos criminais. Esse é um crime que está escondido, é um crime que se apresenta sempre com alguém querendo fazer o bem. E, portanto, ele não tem tanta visibilidade; ele não tem muito flagrante; ele não tem muita testemunha. É um crime que se dá na confiança, na maioria das vezes, pelo fato de gerar também muito constrangimento, porque envolve exploração para fins sexuais; envolve adoção ilegal de crianças; envolve mercado de órgãos; envolve escolinhas de futebol; envolve agências de modelo; envolve trabalho escravo. E, geralmente, esses crimes, o algoz dessa prática criminosa geralmente se apresenta pretendendo, anunciando o bem para as pessoas. Então, nós estamos falando de uma categoria, digamos assim, muito difícil de ser abordada e, portanto, precisa da cumplicidade da sociedade.

E é por isso que a CPI, há um ano, vem percorrendo esse Brasil, de ponta a ponta, em reuniões como essa que nós estamos fazendo aqui. Eu queria já agradecer, de antemão, à Associação dos Mototaxistas — eu acho que é esse o nome aqui dessa sede que nos abriga, que nos anfitriã hoje aqui —, queria agradecer também aos Vereadores, na figura do Sr. Presidente da Câmara



Municipal, e também ao Prefeito Municipal, na figura da Primeira-Dama, que está aqui presente também nos honrando com a sua presença. Agradecer a todos pela acolhida hoje aqui.

E nesta audiência pública nós temos como objetivo exatamente aquilo que denomina este ato: é ouvir, é ter audiência, é dar audiência a todo o cidadão amapaense, independente de representar entidades ou alguma institucionalidade dos poderes constituintes, é dar ouvido, dar voz a todo cidadão que tenha esclarecimentos a prestar, que tenha denúncias a fazer.

Nós sabemos — eu falo isso muito à vontade, porque o meu Estado do Pará aqui vizinho não é diferente; e ontem nós estivemos lá também numa reunião igual a esta — que nós estamos lidando com uma das principais rotas de tráfico humano, de tráfico de pessoas, onde o Estado do Pará, o Estado do Amapá, o Estado do Maranhão, o Estado do Amazonas, esses Estados da nossa Região Amazônica frequentam, com muita recorrência, as estatísticas brasileiras no que diz respeito a essa “mercadoria”, entre aspas, lamentavelmente, essa coisificação, em que a vida humana, a dignidade humana acabou se transformando nessa lógica de mercado. As pessoas hoje — crianças, jovens, adultos, adolescentes, muitas vezes bebês — são negociadas como se fossem uma mercadoria que se compra num *shopping center*, numa loja qualquer, e evidentemente nós não podemos nos curvar diante dessa simplificação grosseira do bem jurídico, que conceitualmente é o mais importante da sociedade, que é a vida humana.

Nós estamos aqui apenas para colaborar; nós não viemos aqui para fazer nenhum tipo de pirotecnia, como é muito comum, às vezes, nesse tipo de situações; nós viemos aqui para ouvir a sociedade, para ser parceiros das instituições. Temos aqui o douto Ministério Público do Estado, através do nosso Promotor Dr. Moisés Rivaldo, que está aqui presente; temos aqui a representação das Secretarias de Segurança, dos órgãos de segurança, Federal e Estadual, aqui presentes também; temos aqui o Executivo, o Legislativo, o Poder Judiciário também aqui, através do seu titular, enfim, conselheiros tutelares, agentes do Governo e cidadãos do Amapá e do Oiapoque.

Portanto, eu queria dar como aberta a nossa 66ª audiência para oitivas de convidados e convocados, e, como disse inicialmente, nós vamos conduzi-la da forma mais informal possível.



Eu queria convidar para integrar a nossa Mesa de trabalhos o Vereador Nilson Caluf — não sei se acertei na pronúncia, é assim mesmo? (*Palmas.*) Nilson Caluf é o nosso Presidente da Câmara Municipal.

Eu queria convidar a assistente social Christine Fonseca (*palmas*), que representa aqui a Secretaria de Assistência do Governo do Estado.

Queria convidar a Vereadora Neusinha Velasco, que aqui representa a Deputada Janete Capiberibe, que, por razões de saúde — ela foi acometida de uma entorse ao vir para cá —, não pode comparecer. (*Palmas.*)

Queria convidar o Delegado da Polícia Federal, Dr. Everaldo Jorge Martins Eguchi, nosso conterrâneo paraense, que está aqui a serviço da Polícia Federal. (*Palmas.*)

Queria convidar também o Delegado-Geral, Tito Guimarães Neto, da Polícia Civil, da Secretaria de Segurança Pública aqui do Estado do Amazonas. (*Palmas.*)

Queria convidar o Dr. Luiz Grott, que é Juiz de Direito aqui da Comarca. (*Palmas.*)

Queria convidar o Sr. Benedito Alcântara, que é da Comissão de Justiça e Paz aqui do Amapá (*palmas*), e o Sr. Maurício Brasil, que é Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aqui também, do Amapá. (*Palmas.*)

E queria chamar o Dr. Moisés também, representante do nosso Ministério Público do Estado. (*Palmas.*)

Eu deixei por último, apenas para cumprir uma formalidade, porque ele é mais conhecido aqui de todos vocês do que talvez todas essas autoridades juntas, o Deputado Sebastião Bala Rocha, que está aqui conosco — é membro desta CPI — e está coordenando os trabalhos conosco nesta comitiva. (*Palmas.*) É da Casa; portanto, fica por último.

Nós vamos encaminhar o seguinte. Nós vamos facultar a palavra inicialmente aos nossos convidados, aqueles que queiram fazer uso da palavra. O nosso trabalho de secretaria, a nossa assessoria vai consultar os que quiserem fazer uma saudação. Em seguida, sem maiores delongas, a gente vai abrir a palavra para todos aqueles e aquelas que queiram fazer uso dela para trazer alguma informação, fazer alguma colocação, trazer alguma reflexão ou fazer alguma denúncia que achem pertinente.



Aquelas pessoas — e nós já fomos procurados por algumas — que não queiram fazer denúncias ou trazer informações que consideram sigilosas ou, por alguma razão, não queiram fazê-la publicamente, ao encerrar este trabalho nós vamos ouvir de forma separada e de forma isolada, para garantir. Algumas pessoas já nos procuraram, e esse espaço também está garantido.

Então, podemos sentar. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO BALA ROCHA - Muito bom dia. Bom dia a vocês que estão presentes aqui para participar deste importante momento para nós que fazemos parte da CPI, mas também certamente para vocês do Oiapoque e para todas as autoridades. Meus cumprimentos a todas as autoridades, em nome do Presidente da Câmara, Nilson Caluf. Cumprimento a Neusinha, a Vereadora Neusa, que representa aqui a Deputada Janete Capiberibe, que é membro desta Comissão, muito atuante, inclusive, tem participado das várias audiências e, por motivo de força maior, não pôde aqui comparecer no dia de hoje.

O Deputado Jordy está fazendo um trabalho muito sério e competente à frente da CPI. É um assunto que requer, de fato, uma condução muito severa, do ponto de vista do cuidado que é preciso ter com as informações que são recebidas.

A CPI, como já explicou o Deputado Jordy, tem esses momentos de audiência pública, em que as pessoas podem narrar fatos que sejam de conhecimento público ou sugerir inclusive caminhos para que a CPI possa prosseguir nas investigações ou iniciar uma nova investigação.

A CPI tem poder de polícia, pode indiciar pessoas. Claro que ela precisa do apoio da polícia, sobretudo da Polícia Federal, Delegado, que trabalha ao lado da CPI nessas investigações. É uma Comissão de investigação, é uma Comissão de Inquérito; CPI é Comissão Parlamentar de Inquérito.

É bom que a gente tenha muitos estudantes aqui, porque também vocês que são jovens precisam cada vez mais conhecer esse assunto para poder se posicionar também diante desse assunto.

Lamentavelmente, a nossa fronteira é tida, dentro dos estudos que são feitos, das investigações que são feitas, como uma rota do tráfico de pessoas, que envolve essa nossa relação aqui próxima com a Guiana Francesa, com o Suriname.

Então, é importante a presença de vocês aqui, de professores que estão aqui, de todas as pessoas que estão aqui, porque, na verdade, é dito por aí fora que



essa também seria uma questão cultural daqui do Município de Oiapoque. Nós temos que reverter isso. Isso não pode ser verdade. Nós não podemos aceitar como uma verdade absoluta que as pessoas acham isso normal.

Quando se fala em ser uma questão cultural, significa dizer que as pessoas acham que isso é uma coisa normal, que não afeta a vida de cada um, que não pode trazer problema, que não é crime, que é uma coisa que qualquer um pode fazer e que não tem punição, que não tem consequências, nenhuma. Isso não é verdade.

Recentemente tivemos uma novela que foi bastante didática. Eu acho que todo mundo, portanto, domina de certa forma uma parte desse assunto, mesmo de maneira superficial. Essa novela abordou exatamente isso.

E como isso acontece? Nós temos situações, por exemplo — foram narradas ontem em Belém, mas uma em especial —, de escolinha de futebol: meninos que são buscados por clubes de outros Estados e que vão morar num determinado local. Recebem algum dinheiro; a família, inclusive, fica, claro, estimulada, incentivada; incentiva inclusive o adolescente a ir para essa escolinha de futebol, por exemplo. Esse é só, claro, um exemplo didático, para as pessoas entenderem um pouco como isso acontece, que parece uma coisa normal. Vem alguém, acha um craque de futebol aqui, por exemplo, em Oiapoque, um garoto muito bom de bola, e seduz esse garoto a ir para São Paulo, por exemplo. Aí vai lá com a família e diz: *“Olha, nós vamos pagar um determinado valor aqui e vamos levar esse garoto para São Paulo”*. Só que, quando chega a São Paulo, esse garoto fica de certa maneira com a restrição da liberdade dele.

Toda vez que se envolve dinheiro de um lado e restrição de liberdade de outro lado, isso é tráfico de pessoas. A mesma coisa acontece com mulheres, com jovens também, adolescentes também, homens muitas vezes. Muitas vezes isso vem mesmo com a sedução, parte da família. Uma modelo, por exemplo, uma jovem muito bonita daqui de Oiapoque ou de qualquer outra cidade do Amapá ou do Brasil é seduzida também para ir para uma agência de modelo lá fora. Quando chega lá, não tem nada de modelo, é para se prostituir. Essa garota fica com a sua restrição de liberdade ali e, ao mesmo tempo, faz as duas coisas. Pode até ser que tenha uma oportunidade de se apresentar ou fazer um curso de modelo, mas, por outro lado, é obrigada a se prostituir para se manter, e, em geral, o lucro disso é dividido.



A pessoa que é usada nesse tipo de mercado, ela não fica com todo o dinheiro que ganha, porque uma parte do dinheiro vai para aqueles que a agenciam, vai para aqueles que estão por trás de tudo isso.

A mesma coisa é levar mulheres daqui para qualquer outro lugar fora do Brasil: Espanha, Portugal, aqui mesmo na nossa fronteira com a Guiana Francesa, Suriname. Vai incentivada para qualquer tipo de trabalho; chega lá, também vem a exploração sexual, a exploração do corpo e a restrição de liberdade, porque são feitas muitas vezes dívida. A pessoa já chega lá com certa dívida. *“Ah, pagamos tua passagem, demos um dinheiro lá para a tua família. Ficou uma dívida aqui, acumulada, sua”*. E a pessoa nunca consegue pagar essa dívida. Enquanto não consegue pagar essa dívida, não pode sair. Isso pode acontecer com doações de crianças também, muitas vezes crianças que são doadas sem o devido processo legal, em que se envolve também pagamento de dinheiro por trás de tudo isso.

Tudo isso configura tráfico de pessoas, tráfico humano, que é crime e que tem que ser punido diante da lei.

Nós todos que somos do Amapá... É importante que vocês daqui de Oiapoque tenham conhecimento de que isso existe, que a fronteira nossa aqui é citada como uma das rotas importantes desse mercado. Que possamos todos contribuir para que as denúncias possam acontecer.

Eu queria aqui fazer um paralelo, Deputado Jordy, com a Lei Maria da Penha, por exemplo. Antes da Lei Maria da Penha, era raro uma mulher ter a coragem de denunciar a agressão que sofria, a violência que sofria ou que sofre. Hoje já é uma coisa mais comum mulher ter a coragem de ir à delegacia e denunciar que foi espancada, que foi violentada de qualquer maneira. A mesma coisa no tráfico de pessoas. Enquanto não tiver essa segurança de que você pode denunciar que você não vai ser punido por estar denunciando... Nós temos que dar essa segurança. É importante que o Brasil todo, as pessoas do País todo tenham essa segurança de que, quando você faz a denúncia, você está protegido e não vai sofrer qualquer tipo de consequência. E aí, com o acúmulo das denúncias e das investigações, que são conduzidas, neste caso, em geral, pela Polícia Federal e também pela Polícia Civil — daí a importância dos dois delegados aqui: o Delegado da Polícia Federal e o Delegado-Geral da Polícia Civil —, se inicia a investigação e se chega, muitas vezes, aos autores.



É um crime difícil, não é, Deputado Jordy? V.Exa. está participando de todas as audiências públicas. É muito difícil você tipificar, você comprovar, porque tem muita simulação. Quando você chega a um ambiente desses, em que estão as garotas ou estão os meninos da escolinha de futebol: *“Não, eles estão aqui de livre e espontânea vontade”*. Muitas vezes a garota ou o menino não tem coragem de denunciar que está sendo ali aviltado, que está sendo ali escravizado, no seu trabalho. Então, as coisas acabam ficando sem a devida punição, sem a devida resposta.

Então, nós estamos dando esse apoio à CPI. Daqui do Amapá, já disse, eu e a Deputada Janete fazemos parte da CPI. Estamos procurando dar essa contribuição em âmbito nacional, em âmbito de Brasil, para que esse crime possa ser cada vez mais visualizado, para que também possa ser punido.

Eu trago também uma informação importante para a comunidade de Oiapoque. É um assunto paralelo, que está correndo aí pelo Brasil afora, no Congresso Nacional. Quarta-feira nós unimos a bancada, os oito Deputados, sentamos à mesa e fechamos um acordo para não se votar aquele acordo Brasil-França sobre áreas de garimpo até que tenhamos pelo menos uma resposta concreta do Governo Federal sobre compensações. Então, aquilo que poderia ser um trabalho individual do Deputado Bala hoje é um trabalho coletivo da bancada, inclusive com o apoio do Governador Camilo, que mandou representante para lá também, para a nossa reunião, e se comprometeu também em reforçar as negociações com o Governo, para que — algumas pessoas da bancada são favoráveis ao acordo, eu sou contra o acordo — mesmo os que são favoráveis possam apoiar as reivindicações que nós estamos fazendo para o Oiapoque sobreviver, mesmo com o acordo que vai trazer algumas dificuldades, ampliar as dificuldades, sobretudo na área de repressão, prejudicando o comércio, a navegação no rio e outras coisas.

E, para vocês estudantes, é importante porque dentro da nossa pauta está transformar o Oiapoque numa cidade universitária, incentivar cada vez mais a UNIFAP, criar uma universidade própria para vocês aqui — o IFAP não como polo, que é uma coisa que não tem muita força, mas como um *campus*, igual ao de Macapá, igual ao de Santana, Porto Grande, Laranjal do Jari —, uma universidade estadual. Conversamos com o Governador Camilo, com a Deputada Janete



também, para que o Governo possa trazer a Universidade Estadual do Amapá para cá, também presencial, com prédio, com tudo.

Entendemos que é possível substituir a economia do ouro e do euro pela economia do conhecimento. Sem esse acordo, qual é o risco? Agravar o empobrecimento do Município, gerar desemprego. Quanto mais empobrecimento, quanto mais desemprego, mais essas coisas que estão aí nos bastidores do crime acontecem com mais frequência. É por isso que nós estamos nessa luta também para trazer as compensações. E agora é uma luta conjunta. Enquanto não tiver sinalização do Governo a esse respeito, o acordo não será votado no Plenário da Câmara.

Muito obrigado. Bom dia a vocês. E bom trabalho a todos nós. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado Bala.

Antes de passar a palavra àquelas pessoas da Mesa que vão fazer uso da palavra, eu queria registrar a presença do Presidente da Associação do Bairro Infraero, Edilson; do Diretor do IMAP, Vanerlon; da Diretora da CIRETRAN, Cristina; do Presidente da Associação de Mototaxistas, Francisco Araújo; do Presidente da Casa da Esperança, Apóstolo Carlos; do Padre Luiz; do Presidente da associação ANTOI, Marcos; da Diretora da Escola Joaquim Nabuco, Profa. Lidia; do Vereador Lobão; da Vereadora Tida, que estão presentes aqui também além do Presidente. Assim que nós tivermos informação de outras entidades e representações, a gente vai fazer o registro.

Eu queria passar a palavra agora, para suas considerações, ao Vereador Nilson Caluf, Presidente da Câmara.

O SR. NILSON DE OLIVEIRA CALUF - Bom dia a todos! É uma satisfação estar participando desta audiência pública. Quero cumprimentar o Dr. Luiz Grott, em nome do qual eu cumprimento os demais membros da Mesa, e cumprimentar o Vereador Joacy Rabelo, Presidente da Associação Comercial, em nome de quem eu cumprimento os senhores e as senhoras que estão prestigiando este evento.

É uma satisfação muito grande para o Município de Oiapoque quando ele recebe uma Comissão que trata de tráfico humano no Brasil. Como o Bala falou, nós tivemos a oportunidade de assistir a uma novela no Brasil em que tinha esse contexto do tráfico de pessoas. Hoje o Oiapoque recebe esta Comissão. E nós estamos aqui, Deputado Arnaldo Jordy, para escutar e aprender de V.Exas. de que



forma esse tráfico é feito. Nós sabemos que moramos em uma fronteira onde o fluxo de pessoas é muito grande. Como o Deputado falou, nós não sabemos onde está sendo feito esse tipo de tráfico — existe, mas nós não sabemos. E aqui fica agradecido o Poder Legislativo pela presença da Comissão no Município de Oiapoque — espero que voltem outras vezes aqui, que é muito importante; lembraram-se do nosso Município tão distante —, por fazer esta audiência pública de tanta relevância para o cenário nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Vereador, pelas suas considerações.

Eu queria passar a palavra agora à Vereadora Neuzinha Velasco, que representa aqui a Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. NEUZA VELASCO - Bom dia a todos e a todas! Quero cumprimentar a Mesa de trabalho aqui, na pessoa do Deputado Arnaldo Jordy, que é o Presidente desta Comissão tão importante para o nosso País. Tão bem explicada agora pelo Deputado Bala a questão toda do tráfico de pessoas.

Aqui no Oiapoque, que é um Município de fronteira, entre tantos problemas que já temos, temos esse também. Isso é muito sério. E isso é um problema que a gente não vai resolver só os Deputados da Comissão sozinhos, ou só o povo aqui sozinho, ou só os Vereadores. É um problema da sociedade como um todo e nós precisamos — cada um — fazer a nossa parte para que isso pelo menos diminua aqui no nosso País.

A gente não consegue ver. A gente imagina que um problema desses nunca chegue à gente. Eu imaginava que nunca ia ser assaltada na minha casa, e há pouco tempo eu fui de uma forma que só se vê na televisão. Então a gente nunca acha que esses problemas vão chegar à gente. Mas ele está aí, no meio da nossa sociedade. Ele é uma realidade. Ele é uma coisa horrível. É importante que cada um de nós faça a sua parte.

Queria cumprimentar a todo o povo daqui do Oiapoque, em nome da Deputada Janete Capiberibe, que, como o Deputado falou, é membro desta Comissão. Infelizmente, teve um problema de coluna sério ontem; só à noite comunicou que não teria condições de vir e pediu que eu viesse aqui representá-la, dada a importância do assunto e a importância que é para o Município de Oiapoque.



Queria dizer a todos vocês da felicidade da gente de ver a Comissão vir aqui. É importante que cada um de nós faça a sua parte, mas a gente vê os Deputados Federais numa Comissão tão importante. E não é uma Comissão simples. A gente sabe o que envolve. Infelizmente, pessoas importantes da sociedade estão envolvidas. E isso, quando afeta interesse de certas pessoas, a gente sabe que não é uma coisa fácil. E a gente vê os Deputados da Comissão aqui.

A gente vê toda a segurança do nosso Estado aqui; tanto a federal — a Polícia Federal —, quanto a segurança do Estado, todo mundo envolvido; os Parlamentares locais, a bancada do Amapá em si, não só os que fazem parte da Comissão, mas também os outros, todos envolvidos nesse assunto tão importante. A gente fica superfeliz de ver a participação.

Tomara que a gente tenha um bom dia de trabalho aqui no Município de Oiapoque e tomara que seja produtivo para a Comissão, que vem de tão distante, num aviãozinho pequeno, em que não é muito fácil quando se chega àquelas nuvens todas. Que saiam daqui com dados positivos, para que possa a Comissão reverter algumas coisas, o que se possa fazer.

Parabéns a vocês que vieram, os jovens aí. Vocês são as maiores vítimas na maioria das vezes desse tráfico de pessoas. A gente precisa ficar esperta. A gente precisa ficar atenta, a sociedade como um todo, a família, para que não aconteça no seio da nossa família uma coisa dessas.

Vocês precisam ter conhecimento das coisas que acontecem. Vocês precisam ficar atentos para isso. O Oiapoque é rota, infelizmente, por ser um Município de fronteira. É forte aqui. Há algum tempo a gente sabe disso. Não é uma coisa visível, mas a gente sabe que acontece. É preciso a gente ficar atenta.

Então, aproveitem o dia de trabalho da Comissão aqui. O Judiciário, o Promotor Moisés está aqui, o Juiz do Município também. Isso é muito importante. É todo mundo fazendo a sua parte para que a gente possa coibir esse tipo de crime no nosso Estado, no nosso País e no nosso Município.

Quero deixar um abraço da Deputada Janete Capiberibe. O Deputado Bala falou acerca da Comissão. A Deputada Janete é uma das Parlamentares que é a favor do acordo. Ela vai explicar pessoalmente, na oportunidade que tiver de vir aqui, por que é a favor do acordo, por que é favorável à preservação do Parque Tumucumaque. Vocês vão ouvir dela mesma os seus argumentos. Isso é muito



importante. São oito Deputados, uns são favoráveis, e outros, contra, mas cada um com seus argumentos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. NEUZA VELASCO - Exatamente. Com certeza. Nós somos a favor das compensações. Somos a favor da preservação, mas somos a favor das compensações também. Vocês vão ouvir isso com certeza da Deputada Janete.

Parabéns! Parabéns, Deputado! Bom trabalho! A gente quer sair daqui, se Deus quiser, com um dia bem produtivo. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO BALA ROCHA - Só um momentinho, porque o Presidente está num contato com Belém. É rápido. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu vou passar a palavra agora a Christine Fonseca, que é assistente social e representa a Secretaria de Assistência neste ato.

A SRA. CHRISTINE FONSECA DOS SANTOS - Bom dia a todos! Eu me chamo Christine Fonseca, sou assistente social do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado, estou representando a Delegada Katiuscia Amaral, que é a gerente atual do Núcleo. Hoje estaremos na Paróquia Nossa Senhora das Graças dando uma palestra sobre o tráfico de pessoas.

Bem, o tráfico de pessoas, quando a gente analisa, parece que é algo surreal, que não acontece — é só nos filmes, na novela —, mas não é assim, está mais perto da gente do que a nossa imaginação ousa conceber.

Eu fiquei até feliz de ver adolescentes aqui, porque são alvo disso. Vocês são! Então, pensem bastante antes de aceitar uma proposta com ganhos altíssimos no exterior, mudar de Estado. Outra coisa importantíssima, Internet, gente! Os aliciadores estão aí no Facebook e outras redes sociais, como o Twitter.

A questão é bem complicada. O que nós imaginamos? O aliciador, ele é truculento, ele tem uma imagem descuidada. Não! O aliciador é persuasivo, ele conversa bem, e ele é alguém muito próximo da gente. Ele faz amizade, ele ganha confiança, porque ninguém vai sair da sua casa para ir, por exemplo, para a Guiana Francesa, aceitando o convite de alguém que não conhece, de alguém em que não confia. Primeiro, eles tiram o passaporte e, depois, a liberdade.

Outra situação: muitas pessoas pensam que o tráfico é só se a pessoa consentir. *“Não! Ela sabia que iria se prostituir na Guiana Francesa, no garimpo ou*



sei lá onde.” O consentimento não descaracteriza o tráfico. Ela sabe que vai se prostituir, mas ela não sabe que, quando chegar lá, os documentos dela vão ser retidos, que ela vai ficar sob cárcere privado, que ela vai ser machucada, que ela vai ser violentada. Isso ela não sabe.

Tem duas maneiras de vocês denunciarem: podem fazer denúncia anônima no Disque 100 ou podem procurar o Núcleo ou qualquer instituição que compõe a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, como a Polícia Federal, a Polícia Civil, a Polícia Militar.

Então, gente, denuncie! Manifestem-se! Vocês não precisam se identificar. Não há necessidade disso. É sigilo absoluto.

Fica o aviso: tenham cautela com quem vocês conversam nas redes sociais, com as pessoas que se dizem amigas de vocês, que fazem convites.

Então, hoje, às 19 horas, nós vamos estar na Paróquia Nossa Senhora das Graças.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Christine.

Nós vamos ouvir agora o Dr. Maurício Brasil, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Antes, porém, eu queria fazer o registro da presença do Secretário Municipal de Turismo do Oiapoque, Humberto Bahia, e do Marcelo de Sá, que representa o Sindicato dos Guias de Turismo do Amapá.

Muito obrigado pela presença de vocês também.

O SR. MAURÍCIO BRASIL - Bom dia a todos! Saúdo o Deputado Arnaldo Jordy e, em nome dele, toda a Mesa, esclarecendo que essa questão do tráfico de pessoas aqui na zona de fronteira, em relação a um Município do Amapá e, mais especificamente, ao Município do Oiapoque, é muito diferente da relação que tem com o resto do Brasil, porque a relação que tem o Governo brasileiro, nós, cidadãos que vivemos aqui no Oiapoque, na Guiana, é a questão da moeda. Infelizmente, nós somos o lado pobre. Então, os próprios franceses, guianenses que vêm para cá, muitas vezes, eles vêm, infelizmente, porque a bebida e o sexo aqui saem mais barato. Ou seja, enquanto lá é um valor, em euro, aqui é um valor que sai bem mais em conta.



Além do mais, é interessante — está a presença dos jovens aqui, estudantes — a questão do inconsciente coletivo. Chega um cidadão loiro, alto, de olhos verdes, só falta um cavalo branco e uma espada para ser o príncipe encantado. Então, isso também é o que tem atraído muitos jovens e jovens para lá, na ilusão de um conto de fada.

Outra relação também que acontece muito aqui é um tráfico com uma roupagem de legalidade: a questão da adoção. Muitas famílias que vivem aqui em São Jorge, em Caiena, querem a guarda das crianças, inclusive, pela Secretaria de Assistência, já passou alguns casos desses. Por que eles fazem isso? Não é porque eles são filantropos ou porque querem ajudar aquela criança, que é de uma família pobrezinha, que está passando fome. *“Eu vou levar para Guiana, eu vou botar para estudar. Vai aprender a falar francês.”* Por trás disso, está escondido o benefício que o governo francês dá para essa família que recebe essa criança. Então, isso é uma realidade. Inclusive, tem pessoas que, eu já escutei, bate no peito e fala: *“Não, eu ganho mil euros!”*. Mas como? Devido terem quatro, cinco crianças brasileiras. E não sei como conseguem os papéis na França, põe para estudar e a partir daí começam a receber o benefício. Então, isso também é complicado.

Em relação à política estrutural maior a nível de Brasil, o nosso benefício aqui — RMI, a renda mínima lá eu acho que é em torno de 400, 500 euros —, aqui, no Brasil, o nosso Bolsa Família chega até a 220. Então, a gente identifica esses casos.

Hoje em dia, o Bolsa Família avançou muito na questão. Existe o Bolsa Verde para aquele cidadão, para o pescador, para o ribeirinho, para aquele agricultor. Então, poderíamos pensar e esta audiência levar uma proposta. Identificou uma família que foi vítima de tráfico de pessoa, essa família... Por mais que a pessoa volte, mas ela tem um contato com essa rede. Então, teria que ter um benefício sobressalente — eu não sei —, uma forma diferenciada de estar tratando, para que não volte, porque tem casos em que vem o membro da família, vai para Caiena, vai para a Europa, depois volta, e, depois, já traz a irmã, traz o irmão. E, assim, em famílias que estão aqui no Oiapoque acontece isso.

E, também, outro tipo que a gente tem enfrentado muito, principalmente neste ano: que o governo francês tem expulsado muitos brasileiros ilegais, e muitos deles vieram com uma promessa de um eldorado, se instalaram no garimpo e, hoje, em



dia, não têm para onde ir. Perderam os vínculos familiares. Então, ficam ali, realmente, sem opção, sem opção, presos pela situação econômica e de desespero.

E muitas vezes, também, infelizmente, a nossa política pública não alcança uma política que dê retorno e um resultado contundente, mais pontual, para essas situações que chegam até nós. Algumas vezes é caso de polícia, mas outras não é caso de polícia. É caso social. Então, teríamos que rever isso e, principalmente, levar em conta essa questão que o próprio Ministro das Relações Exteriores falou: que o único problema do Oiapoque é que lá nós somos pobres. É diferente da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, das outras fronteiras. Lá, nós somos o lado rico. Aqui, não.

Então, era isso que eu tinha a dizer. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dr. Maurício.

Vou passar a palavra ao Dr. Luiz Grott, que é Juiz da Comarca aqui do Município.

O SR. LUIZ GROTT - Srs. Deputados, autoridades, população do Oiapoque, os estudantes, M. Laurent Pichon, se não estiver enganado, da Segurança Pública francesa, amigos, o Saulo, o Joacir, eu sou Juiz de Direito nesta Comarca, Deputado, desde 1994. Sou primeiro magistrado deste Estado que não aceitou promoção. Estou em vias de promoção agora, que vou para aposentadoria.

Então, eu me encontro no Oiapoque há mais de 18 anos. E, nessas quase duas décadas, comandando o Judiciário, até em bem pouco tempo, como único juiz, hoje, já com competência específica na área criminal, nós nos deparamos ao longo desse tempo com algum tipo de tráfico, mas não esse tráfico da televisão, não é o tráfico do cinema, nem é o tráfico que a gente vê em notícias de meninas, principalmente de Goiás, Minas gerais, que são assediadas e levadas não raro para a Espanha, com as promessas de desfiles etc.

O tráfico que existia em grande intensidade no Oiapoque, àquela época, já dos anos 90, ele era afeto, ele era ligado aos prostíbulos. Os mais velhos aqui lembram Da notoriedade que tinha a Boate da Roberta, que tinha a Boate do Júnior, o Scorpion, enfim, ene boates. Como na área de garimpo também do Lourenço, nós tínhamos a Babilônia, a Roda Viva. E essas boates, essas casas noturnas, elas eram especializadas num tráfico doméstico. Meninas eram trazidas de Santana, de Ananindeua, principalmente do seu Estado — muitas de Ananindeua. Chegavam



nessas boates e, aqui, sim, elas tinham que se prostituir, porque elas tinham que pagar o alojamento, elas tinham que pagar a chave do quarto, elas tinham que pagar... Então, realmente, o que sobrava de dinheiro não dava para absolutamente nada. Elas viviam em eterna dívida com o cafetão, com a dona da boate, como era a Roberta Fracinara.

Muitos processos foram instaurados, muitas foram as condenações, muitas foram as adolescentes resgatadas e remetidas aos seus pais nos mais diversos rincões, sejam eles do Maranhão, do Pará, do próprio Amapá.

Porém, outro tipo de tráfico que se instalou posteriormente diz respeito aos garimpos, aos garimpos, onde a moeda corrente é o ouro. Nos garimpos, nós, que moramos aqui, que temos acesso e temos amigos que militam nessa área, sabemos que a moeda é o ouro. Não se fala em euro, não se fala em dólar, se fala em grama. O remédio para malária custa xis gramas, o isqueiro custa tantos gramas, uma lata de cerveja é grama. O garimpeiro remunera. E a prostituição também é paga em gramas. Muitas são atraídas, como cozinheiras, como lavadeiras etc. Porém, quando embrenhadas nessa localidade de difícil acesso, de lá, muitas vezes, retornam ou no caixão ou já em condições muito precárias, quando não mais servem para o fim para o qual foram destinadas. Então, essa é uma das formas que nós temos.

E outro tráfico é aquele que é resultado da miséria, da miséria, onde a menina pobre, a moça bonita pobre não vê esperança, não tem estímulo, não tem apoio nenhum dos órgãos governamentais e sabe que do lado de lá ela tem uma chance de, pelo menos tentar ganhar alguma coisa numa moeda mais forte. Então, não seria bem dizer tráfico, nem que ela consinta em ser levada. Ela própria vai. Ela própria vai em busca de um sol que vai se tornar uma obscuridade tremenda no futuro.

Creio eu que, como disse, juiz há tantos anos nesta Comarca, acho que eu poderia enumerar em uns dedos de uma das mãos casos que poderiam sugerir tráfico internacional ou tráfico na acepção da própria palavra, na letra do delito. Existe, como o Conselheiro Tutelar bem destacou, um tráfico fantasiado, um tráfico travestido, mas que, no fundo, no fundo, é o tráfico.

O que a comunidade precisa, primeiro, é parar de ser tão decantada: *"Ah, que no Oiapoque o tráfico é intenso"*. Não, não é intenso. O tráfico que existe no



Oiapoque é igual em qualquer outra localidade do Brasil. Nós somos fronteira? Somos. Mas é uma fronteira de difícil acesso a grandes pontos, a não ser Caiena.

O tráfico que se realiza daqui não é de modelos que vêm de São Paulo, de nada. São pessoas nossas mesmo, são filhos nossos. E, se acontece, não é nesse número. Agora, acontece. Não vamos negar. Não é tampar sol com a peneira.

Para que se pudesse ter soluções mais cabíveis, mais eficazes, basta que a gente aparelhe melhor a Segurança Pública. Basta que, depois da instalação do Conselho Tutelar, depois da instalação do Comissariado de Menores e de ene políticas *minoris*, houve uma redução, houve muita redução pelo menos na prostituição infantil e de adolescente. Agora, essa outra prostituição, esse outro tráfico, acho que é uma questão a ser analisada com muito cuidado.

Agora, o que nós precisamos, sim, é como hoje estarmos sendo ouvidos. Falou-se agora aqui do Acordo Bilateral França e Brasil. O Oiapoque não foi ouvido. A nossa comunidade não foi ouvida.

Se a Deputada Janete é a favor, a significativa maioria desse Município é contra! E manifestou isso numa audiência pública realizada no fórum após a aprovação. (*Palmas.*) Então, nós somos lembrados sempre depois que o leite entornou, depois que foi, e etc.

Eu me recordo quando nós éramos tratados como rota de tráfico. Tráfico. Foi. O Oiapoque foi, inclusive aviões despejavam droga aqui, na foz do Rio Oiapoque, para que navios espanhóis, navios estrangeiros, pegassem a carga. Teve uma questão cômica, tragicômica. Um avião não conseguiu despejar droga, porque o que ia receber a droga no mar não estava lá. E essa droga foi despejada aí na floresta, e apareceu, com todo respeito, muito indígena pra lá de chapado, porque essa droga foi jogada na floresta. Isso lá por 1995, 1996. Então, foi. Hoje, não é mais. Não é mais, porque não interessou mais para os traficantes. Não é por isso ou aquilo.

Então, fomos tratados como rota de tráfico, rota de tráfico de crianças, etc. Enfim, o que nós precisamos é uma atenção maior na força pública para nós tenhamos mais segurança, mais combate etc.

Por exemplo, adianto a V.Exa. que uma coisa que tem crescido assustadoramente é a pedofilia. A pedofilia vem crescendo num patamar aqui que, de longa data, já está pedindo uma atuação bem mais forte. Com essas facilidades hoje de se filmar da mídia, dos instrumentos... É celular, qualquer coisa hoje filma, e



filma em HD, etc. Nós temos ene casos. Todos aqui têm conhecimento até de filmagens em escolas, de crianças aí pela beira do rio, etc.

Então, Deputado, existe tráfico no Oiapoque? Lógico que existe. Tem casos específicos? Tem. Tenho plena certeza que os senhores serão procurados por pessoas que lhes darão notícias sérias, que deverão ser investigadas e que, evidentemente, até na preservação da própria integridade física, deverão ser mantidas no anonimato.

Então, eu quero dizer aos senhores que este Município vai estar sempre de portas abertas a todos aqueles que vierem aqui para nos prestar um auxílio. Nós padecemos de auxílio em tudo. Tudo, tudo, que o senhor possa imaginar, desde a segurança, desde a saúde, desde tudo.

Nós somos muito lembrados nos chavões, em comerciais ou por outras pessoas dizerem sempre: do Oiapoque ao Chuí. Que lhes deem ao Oiapoque a única coisa que o Chuí tem, e nós já nos daremos por satisfeitos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Grott, nosso juiz que já está para ser removido por merecimento e por antiguidade também, mas com certeza 20 anos numa comarca já está na hora de subir um degrau. E por antiguidade, mas com certeza tem muito merecimento nisso.

Eu queria passar a palavra agora ao Sr. Benedito Alcântara, que é da Comissão de Justiça e Paz aqui do Município.

O SR. BENEDITO DE QUEIROZ ALCÂNTARA - Sr. Deputado Jordy, em seu nome todos que compõem a Mesa, seja bem-vindo, sinta-se em casa, Pará e Amapá, antes Grão-Pará, então, somos todos parentes. Em nome de todos os presentes, a Profa. Holanda representa aqui toda a comunidade, em especial, a área educacional.

O adiantado da hora não nos permite também alongar aqui a nossa reflexão, mas para dizer que também há duas décadas que venho aqui ao Oiapoque, como servidor público, e desde a primeira vez e até hoje a gente vem colhendo depoimentos, conversas, principalmente, porque a gente é da área da educação. Vim como servidor pelo Estado do Amapá e também como servidor público pelo Governo Federal e em todas as vezes a gente sabe de situações, que, talvez, muitas não foram formalizadas, mas nós temos aí o número 100, que tem que ser



disseminado, todas as salas de aula têm que ter na parede, na entrada das escolas, dos órgãos públicos, temos que ter o número para denúncia 100, para que a gente possa superar.

Buscando a reflexão do Deputado Bala, a questão de cultura, e sendo cultura é cultivo, você pode mudar. Você pode criar, sim, uma nova cultura, que é a cultura da defesa da vida, da dignidade humana, que não é fácil, que cada agente público, que cada instituição e que cada um de nós possa dar a nossa contribuição, saber que o que vale a pena é a vida humana, é a pessoa com a sua história, com as suas trilhas nessa vida que a gente tem aqui e que faz a gente se encontrar e que muitas vezes faz a gente chorar pelas separações, pelas dores que vêm surgindo, pelos testemunhos que a gente vai colhendo.

Em nome da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Macapá, a gente se coloca a serviço, porque ela é um instrumento de serviço para que a gente possa também defender a vida, assim como os Deputados, como uma CPI que vem aqui no extremo norte cumprir o seu papel, para que foram eleitos, também nessa tarefa de auscultar, de ouvir, de acolher denúncias e dar os devidos encaminhamentos. Então, a gente agradece, sim, e, sendo audiência pública, que a gente não perca essa oportunidade.

Quero dizer que a Diocese de Macapá anuncia, em nome da Igreja do Brasil, ano que vem, que o tema da Campanha da Fraternidade vai ser exatamente sobre o tráfico de pessoas. E não foi escolhido, assim, porque foi criada a CPI. Foi escolhido dois anos antes. E toda a Igreja, os seus agentes, as pessoas estão envolvidas, juntamente, acompanhando os trabalhos da CPI, da Câmara Federal, colhendo dados e informações.

Então, é um tema, Deputado Jordy, que não vai terminar com os trabalhos da CPI, mas no ano que vem todo o Brasil, através da Campanha da Fraternidade, vai refletir, vai buscar sempre, porque a Campanha da Fraternidade não é só para denunciar, mas para também anunciar e fazer com que haja esse compromisso das pessoas de boa vontade, de qualquer lugar do Brasil, independente de serem da Igreja Católica ou não, mas a Campanha da Fraternidade traz à luz essa reflexão.

Então, ano que vem, esse tema continua e continua sendo pertinente para que a gente, cada um dê a sua contribuição. E a nossa Comissão Justiça e Paz, a sua rede de todo o Brasil está nesse serviço, nessa atuação e se coloca à



disposição de vocês. A sua sede funciona no Colégio Diocesano, lá em Macapá. Qualquer um que se sinta à vontade pode comparecer, pode também fazer suas denúncias, pode partilhar suas angústias.

Muito obrigado.

Eu agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Sr. Benedito Alcântara, que é da Comissão de Justiça e Paz, do Amapá, Comissão de Justiça e Paz, que é um órgão da CNBB, que tem sido uma parceira importante nessa luta pela preservação, ampliação e construção ainda de direitos no Brasil, principalmente, daqueles segmentos sociais que são mais violados ou mais vulneráveis na preservação, na ampliação e na garantia de seus direitos, principalmente no que diz respeito aos direitos à dignidade humana.

Nós vamos ouvir agora o Promotor de Justiça, o Dr. Moisés Rivaldo. (*Palmas.*)

O Dr. Moisés é o último inscrito das falas da Mesa. As outras pessoas declinaram, não quiseram se manifestar. E nós vamos passar, em seguida, e facultar a palavra para todas as pessoas que quiserem fazer uso.

O SR. MOISÉS RIVALDO PEREIRA - Eu gostaria de saudar a Mesa na pessoa do Nilson Caluf, Presidente da Câmara Municipal do Oiapoque, os demais membros da Mesa, todos os presentes, estudantes, e dizer, inicialmente, que eu não estou aqui falando em nome do Ministério Público nem representando o Ministério Público do Estado do Amapá, porque aqui existem dois Promotores de Justiça que representam o Ministério Público aqui no Estado. Mas, como estava aqui ontem participando de uma audiência, de uma sessão da Câmara Municipal, onde participamos trazendo a sugestão à Câmara que criasse aqui no Município o Conselho Municipal de Petróleo e Gás, que vai ser criado também no Município de Calçoene, no Estado do Amapá, para que, depois, posteriormente, crie-se o Conselho Intermunicipal do Petróleo e Gás, um órgão institucional criado através de lei dos Municípios, para que possa discutir com as empresas, com a Agência Nacional de Petróleo, Ministério das Minas e Energia, com as empresas, os benefícios que possam vir para o Estado do Amapá e para esses Municípios envolvidos nessa questão da indústria do petróleo e do gás, que vem, na minha visão, ser o que pode solucionar o problema econômico do Estado do Amapá.



Então, é de suma importância que a sociedade assuma esse papel de discutir com os Governos, com o Governo do Estado, o Governo Federal, a Agência Nacional para que nós não mais deixemos que as nossas riquezas sejam levadas para fora e que deixem aqui para nós somente o rastro de miséria.

Eu acho que, como foi colocada a questão do acordo binacional, que estão discutindo, mas como sempre discutem de cima para baixo, não se ouve a sociedade, não se ouve principalmente o povo do Amapá como um todo, e aqui o povo do Oiapoque, principalmente, mais exposto a essa fronteira. E nós temos que discutir o que o Amapá, o que o Oiapoque vai perder com isso. Não só o que vai ganhar, mas o que vai perder. E, como sempre, nós temos sempre perdido.

E acho que, para se discutir um acordo bilateral, França, Brasil, Guiana Francesa, primeiro tem que se discutir a reciprocidade, que é um tema da diplomacia mundial. Da mesma forma que são tratados uns povos, o outro povo tem de ser tratado da mesma forma.

Nós, brasileiros, para entrarmos na Guiana, é uma burocracia que não se acaba. O guianense, para entrar aqui, entra numa facilidade tamanha. Então, acho que essa reciprocidade é o primeiro ponto que tem de ser discutido para que nós, brasileiros, e principalmente o povo aqui não seja tratado na Guiana como bandido. *(Palmas.)*

Então, é preciso que se discuta isso. Eu acho que o ponto da reciprocidade é o primeiro a ser discutido, para depois discutirmos o que vem de benefício, ou que vai de benefício, porque muito tem ido de benefício e pouco tem vindo de benefício.

Então, nós temos que parar e pensar e discutir as medidas compensatórias, o que vem a exemplo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Cabo Orange, e várias e várias reservas que nós temos de preservação ambiental e que não rendem nada para o Estado do Amapá. Não rende emprego, não rende renda. Prometem-se medidas compensatórias, mas não se traz nada.

Então, é preciso levantar essa bandeira. Eu acho que nós temos, a partir de agora, que discutir o desenvolvimento do Estado do Amapá. E é isso que nós precisamos. E, antes de discutir acordos, vamos discutir a reciprocidade primeiro. E aí, sim.

Quanto ao tema hoje da CPI, desse tráfico de pessoas, eu acho os que todos que me antecederam falaram muito bem. É um assunto, realmente, que merece uma



discussão nacional, como está sendo buscado pela CPI. Exemplos tivemos aí na novela. Eu me confesso um noveleiro. Quando posso, assisto novela. E lá foi debatido esse tema muito bem mostrado. E é aquilo.

Eu tive, como promotor, uma experiência de duas pessoas que foram levadas daqui, do Amapá, para a prostituição na França, e tiveram aquele dissabor de confiar no canto da sereia e depois viver aquele drama que vimos na novela, filmes que são mostrados.

Eu concordo com o Dr. Grott que, de repente, aqui no Oiapoque não é tanto quanto falam. Mas é a CPI, no seu papel, que está buscando formatar isso aí e saber realmente a realidade não só do Amapá na questão da fronteira, mas de outros Estados pelo Brasil afora. E, aí sim, eu acho que, dentro do relatório que for produzido por esta Comissão, nós teremos um retrato real da situação do tráfico de pessoas aqui no nosso Estado.

Mas quero parabenizar, dar as boas-vindas ao Deputado Jordy e à sua comitiva, ao Deputado Bala Rocha, participante da Comissão. Que o senhor, por exemplo, que não é do Estado, seja bem-vindo ao nosso Estado e que esse dia aqui na nossa fronteira, aqui no Oiapoque, seja produtivo e que conste a realidade dentro do relatório que, com certeza, será muito bem produzido por esta Comissão.

Então, muito obrigado a todos. Espero que seja um dia produtivo para todos nós. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Moisés.

Bom, nós vamos agora facultar a palavra àqueles que queiram fazer uso.

Nós vamos, então, ouvir aqui a Vereadora Dida, que é aqui do Município, que quer fazer umas considerações. Por favor.

A SRA. ANGELINA NETA DOS SANTOS RIBEIRO - Bom dia a todos. Bom dia à Mesa. É um prazer receber esta Comissão aqui.

Como Vereadora do Município, conheço bem a parte jovem, trabalho muito com cultura e esporte. Todos sabem que eu trabalho com cultura. Os jovens me conhecem. Sou presidente de um clube de futebol e participo muito dessas atividades esportivas com os jovens.

E, olha, aproveitando a bancada federal, já que estamos aqui com os Deputados, para que esses jovens não pensem em prostituição, ganhar dinheiro fácil, temos que conseguir com que eles ganhem dinheiro trabalhando. O jovem do



Oiapoque não tem muita oportunidade. Quando eles estão aí terminando o ensino médio, os pais já ficam doidos: para onde vou mandar meus filhos? Qual Estado é melhor? E tudo.

Hoje, está tendo um cursinho, um pré-vestibular aqui da UNIFAP. Essa já é uma oportunidade, mas precisamos pensar em trazer mais cursos, mais movimentos com eles, para que eles não pensem em ir para a Guiana Francesa ganhar dinheiro, porque, geralmente, eles vão para a Guiana Francesa, porque lá o salário é quase o triplo daqui. Entendeu?

Então, eu acho o seguinte, é muito importante falarmos sobre o tráfico, a prostituição, mas é muito importante também procurarmos uma maneira de que eles não precisem sair daqui para ganhar dinheiro. Eles têm que ter... se profissionalizar para poder ganhar. Quando eu chamo um grupo para fazer uma apresentação, tem hora que eu fico pensando: *“Pôxa, eles vão dançar, vão jogar bola e tudo. Mas o que mais a gente vai poder oferecer para eles?”* Entendeu? Uma preocupação muito grande que eu tenho sobre essa situação é que eles não têm nenhuma atividade. E se aqui — aqui é o Oiapoque — começa o Brasil... É tão bonito quando se fala isso! Mas o Brasil deveria começar melhor. Porque, se nós não tivermos melhorias aqui, o Brasil está começando mal, não é verdade? Vocês concordam? Vocês não estão precisando de cursos, de trabalho? A partir desse momento, aqui, a partir do ensino médio, aqui, eles ficam meio sem nenhuma... sem nada para fazer, entendeu? Então era essa a minha colocação, e aqui eu peço que... Eu agradeço demais, esse é um tema muito importante. A prostituição aqui existe, e muito, e com adolescentes também. O tráfico é uma palavra forte para nós no Oiapoque, porque aqui não precisa nem ser traficado, a Guiana está oferecendo melhorias bem aqui do lado, entendeu? Uma menina, às vezes, casa com um francês porque ele tem condições financeiras melhor de bancar ela, entendeu. E isso aí é a nossa realidade, infelizmente. Mas se abirmos a mente das moças que estão se formando, e colocando algo para eles fazerem, eles não vão mais pensar assim: *“Pôxa, eu sou formada, eu tenho o meu salário. Para que eu vou me prostituir? Para que eu vou para a Guiana Francesa se eu posso viver melhor no Brasil?”* Meus filhos... três filhos meus estudaram em Saint Georges até o *troisième*, que é o último ano de Saint Georges, mas estão vindo todos embora para o Brasil porque eu não acho vantagem eles irem para Cayenne porque eu não vou olhar o que eles estão



fazendo. Hoje eles estão fazendo o pré-vestibular, e eu espero que dê tudo certo e entrem numa faculdade aqui. Então, era isso. Muito obrigada. E cuidem dos nossos jovens que eles estão precisando. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Vereadora.

Continua a palavra facultada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não! O Vereador Lobão vai fazer uso da palavra; depois, o nosso amigo, lá atrás, Humberto.

O SR. JOSÉ NAZARENO RODRIGUES LOBÃO - Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de saudar o Presidente da Comissão, Sr. Arnaldo Jordy; o Deputado Bala — é uma satisfação imensa vê-lo sempre aqui no Município de Oiapoque —; o Presidente da Câmara, Nilson de Oliveira Caluf; demais autoridades; a Neusinha, representando a Deputada Janete. Eu gostaria de falar, Deputado, que nós ficamos surpresos, obviamente, quando se fala em tráfico, principalmente na Região Norte, um dos maiores dessa rota, e o Município de Oiapoque, hoje nós temos aqui todos os tipos de polícia que podemos imaginar. Temos os nossos vizinhos, lá, que têm a ajuda da Marinha; têm a Legião; temos o Exército Brasileiro aqui, que, por sua vez, faz o papel de polícia; temos a Força Nacional; Polícia Federal; Polícia Civil; Polícia Militar; temos outras polícias aqui na rodovia federal. Então, a nível de segurança, o Município de Oiapoque, dos Municípios do Estado, é um dos mais... que existe mais segurança pública, aqui.

Acho que o que precisa mesmo, quando se fala nessa cultura que existe dentro do Município de Oiapoque, do tráfico, da prostituição... e cabe também... até as pessoas que vêm para cá já vêm com essa cultura, porque me parece que se torna natural e normal que não exista a fiscalização das polícias a nível dessa fronteira, aqui. E tudo o que se vê basicamente aqui é repreensiva, é destrutiva, e não se trata de uma questão de conscientização, simplesmente é uma questão implacável. É para isso que serve.

O Exército, por sua vez, pegando o próprio ribeirão, fazendo a sua roça, prendendo, tomando o açaí, tirando a polpa de fruta, não é? Nós temos aqui o exemplo da Vila Brasil, que é a 100 quilômetros do Município, que faz fronteira com Camupi: de um lado, a pobreza; e de outro lado, a riqueza. Por quê? Porque nós aqui, o Estado verde do Brasil, um Município que só tem 3% da terra para área



urbana para se desenvolver, só recebemos as coisas aqui de cima para baixo, nós temos só que engolir, simplesmente. E o que acontece? Não temos mais terras para desenvolver, os agricultores estão engessados, os pescadores, por sua vez, não têm uma área para fazer a sua pesca, e automaticamente é mais fácil estarmos dependendo do país de Primeiro Mundo, com o qual o Brasil quer fazer um acordo.

E aí nós vamos colocar os pontos: a França dá três refeições aos seus alunos no horário integral de aula, enquanto nós damos um turno, às vezes meio turno porque não temos merenda escolar. Não temos uma ambulância no Município para dar sustentabilidade, para dar garantia (*palmas na plateia*) ao povo de Oiapoque, no entanto nós temos uma voadeira fantástica, com cem, trezentos e poucos cavalos, que eu acho que vai ser difícil manter, porque aqui não é só jogar as coisas, é a manutenção.

O Oiapoque poderia ter um helicóptero, aqui, mas quem iria manter? Não há. Então, é preciso reformular e organizar as polícias dentro do Município, que estão trabalhando, mas cada um fazendo a sua função. Não existe aquele acordo, porque senão já haveria de ter sido dado um resultado, aqui, desse tráfico de pessoas, que é vergonhoso para o Município de Oiapoque, porque o Estado e o Município só ostentam maior índice de acidentes de automóvel, maior prostituição. Tudo o que há de mais errado é aqui. E, na verdade, não é bem assim, há muitas pessoas aqui, esses verdadeiros guerreiros das fronteiras. E, aí, por que a Guiana está levando essa vantagem? Porque eles pagam para os índios do Camupi defenderem a fronteira, eles pagam para os crioulos de Itamaracá ganharem 600 e poucos euros simplesmente para defenderem a fronteira do país, enquanto nós, aqui, nem emprego temos. (*Palmas na plateia.*)

Fica muito fácil. Hoje, nós temos carro para levar apenas os cadáveres. E nem dignidade mais para morrer se tem mais neste Município... para se levar para Macapá... chegou! Mas o mais importante nós não temos aqui, e essas coisas são reflexo da realidade do Município de Oiapoque: a falta de políticas públicas dos nossos Governantes a nível federal e estadual, e resta isso também à Câmara de Vereadores e ao Prefeito municipal — e nós estamos caminhando —, que ainda não puderam ainda dar o resultado que a comunidade precisa. Agora, tudo se dá através da forma como tratam o povo daqui da fronteira. E como nós vamos fazer um acordo se nós não damos exemplos, se nós nem recebemos, respeitamos os filhos desta



Pátria tão amada, idolatrada, salve, salve, Brasil. Nós não podemos nem dizer que estamos aqui dando milho aos pombos na praça, porque nós não temos praça, gente! (*Palmas na plateia.*) Não é verdade?

Há alguns alunos aqui que já foram meus alunos e sabem o que nós pensamos com relação ao Município de Oiapoque. Sr. Deputado, o senhor está de parabéns! Sei que todas as informações que serão coletadas serão de grande relevância para esta CPI. O Município de Oiapoque fica feliz; e eu, como Vereador deste Município, estou contente pela sua participação aqui, mas nós precisamos realmente dar um passo muito importante aqui neste Município da fronteira, que é o portal da Europa, o platô das Guianas, que era para ser o Município mais bonito do Estado do Amapá e do Brasil. E onde começa o Brasil lamentavelmente começa tudo isso que vocês estão vendo: tráfico de pessoas, prostituição, falta de hospital, falta de escolas adequadas com estrutura para dar condição para os nossos alunos e nossos profissionais e professores.

Enfim, as questões são amplas e complexas. De alguma forma, é importante que se possa investigar tudo para trazer resultado positivo, colocando os criminosos atrás das grades para respeitar essa comunidade, que é a verdadeira guerreira aqui da fronteira, que defende onde começa o Brasil.

Um bom dia a todos. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Vereador Lobão.

Vamos ouvir agora o nosso amigo Humberto.

O SR. HUMBERTO JOSÉ BAIA JÚNIOR - Muito obrigado. Boa tarde aos jovens; boa tarde à Mesa. Eu queria parabenizar aqui a vinda do Deputado Arnaldo Jordy, de Belém do Pará — eu também sou paraense, de Belém, lá da Federal do Pará, e, agora, moro há 15 anos no Oiapoque.

Infelizmente, eu, com toda a humildade — viu, doutor! —, queria contrapor o que o senhor falou, quando o senhor disse que não existe um tráfico de pessoas muito aberto ou muito amplo. Eu sou jornalista e hoje estou Secretário de Turismo do Município de Oiapoque. Quando eu estive no *front* de batalha, trabalhando como jornalista, pude presenciar inúmeras coisas do Município de Oiapoque que ainda estão escondidas, que ainda estão para ser descobertas e reveladas. Infelizmente, eu não quero fazer parte de nenhum programa do Governo Federal de proteção a testemunhas, mas eu gostaria que realmente as autoridades pudessem agir com



mais firmeza, porque nós sabemos que existe... nós sabemos que existem todas as polícias que o Vereador já falou. Mas o aparelho do Estado ainda é insuficiente para dar combate. A gente sabe das deficiências e limitações de vocês, mas infelizmente existem esses tráficos no Oiapoque.

Eu queria citar o caso daquele jovem que foi embora traficado para a Itália, ainda adolescente, e quase causou um acidente de Estado na Itália, de Silvio Berlusconi, e foi morto lá. Saiu de Oiapoque ainda adolescente. Temos ainda filhos de índios que estão — eu não me recordo agora — na Guiana Francesa. Saíram adolescentes de Oiapoque e hoje estão na Guiana Francesa como travestis.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. HUMBERTO JOSÉ BAIA JÚNIOR - Agora, recentemente, há 2 anos. Ele é filho do Vereador Antônio Djalma. Todo o mundo conhece, entendeu? É só procurar saber. Eu não estou aqui para desenvolver o trabalho da Comissão. Estou aqui para jogar um pouco de luz no que realmente a gente sabe que existe. A própria Vila Vitória — a Vereadora mora lá e sabe disso —, à noite, fervilha com o tráfico de pessoas para a Guiana Francesa. Tudo sai de lá, tudo sai daqui da beira do Rio Oiapoque. Infelizmente, não é crime as pessoas saírem do seu país e irem para a Guiana Francesa, mas podia ser perguntado *“por que você vai? O que você está fazendo?”*

Eu já sobrevoei os garimpos da Guiana Francesa de helicóptero, várias vezes, inclusive na companhia do Deputado Federal Bala Rocha. Já fui à França, a Paris e Marseille, e encontrei pessoas de Oiapoque em Paris que se prostituem, moças daqui, que a gente via aqui estava em Paris e em Marseille. É quase impossível você sair de Oiapoque e encontrar alguém de Oiapoque lá, e eu encontrei pessoas lá, você está me entendendo? Então, a gente sabe que existe, sim, a gente sabe que existe esse tráfico de pessoas, a gente sabe que pessoas estão sendo levadas para lá. A possibilidade de ir para Cayenne é muito fácil. A moeda é muito forte.

Inclusive, eu queria parabenizar o Vereador Lobão, que retratou essa realidade com bastante propriedade — a Praça Ecildo Crescêncio leva o nome do pai dele inclusive. Nós não temos a liberdade de colocar os nossos jovens para se divertir. Não temos parque, não temos praça, não temos trabalho para dar dignidade ao cidadão. Esse jovem quando sai do Exército vai simplesmente almejar duas



coisas: ser balconista no comércio ou... Não são profissões que vão tirar o mérito de ninguém, mas ou vão ser balconistas ou mototaxistas, porque é o que têm... É o que a cidade está proporcionando, entendeu? São situações que realmente o Estado deveria ver melhor, deveria investir mais em educação, em trabalho, em escolas técnicas para o Município de Oiapoque.

O Município de Oiapoque, infelizmente, Deputado Arnaldo Jordy e senhores, só é lembrado próximo de eleição. Quando as eleições se aproximam, as pessoas se aproximam de Oiapoque para buscar nossos votos, buscar nossos incentivos e depois esquecem que o Oiapoque existe. É necessário que o Estado brasileiro, de uma forma geral, esteja presente em Oiapoque. Eu já reclamei para o Governo do Estado que fizesse uma ouvidoria aqui no Oiapoque. *"Ah, mas existe a ouvidoria"*. Existe lá em Macapá. Como é que o cidadão que passou fome e não foi atendido no médico vai se deslocar até Macapá? Ele não tem condições nem de se manter financeiramente, imagine se terá condições de dar queixa numa ouvidoria? A ouvidoria tinha que estar aqui também, não a 500 quilômetros. São situações que nos colocam no mais completo isolamento.

O Município de Oiapoque tem todas essas dificuldades e mais algumas. Nós passaríamos aqui a tarde inteira enumerando essas dificuldades e vocês iriam sair daqui fatigados e cansados, mas é necessário, sim, que vocês estejam aqui. Demorou até, entendeu? Essa Comissão já existe há muito tempo. Demorou. Eu gostaria que realmente vocês pudessem fazer um trabalho mais minucioso, que não fosse só esta audiência pública, mas que acontecessem investigações, que fossem ver o que acontece. O Deputado sabe disso. Nós fomos aos garimpos e vimos várias situações absurdas. As pessoas saem daqui com promessas, com propostas e acabam ficando para lá, à mercê do Governo do Estado francês. Foi falado aqui sobre a cooperação entre o Estado francês e o Estado brasileiro. Essa cooperação foi uma ponte que enfiaram aqui goela abaixo, como falaram aqui algumas autoridades. Hoje, a ponte está aí, um elefante branco, está pronta, mas não vai funcionar. A França ainda não liberou como vai ser possível o cidadão brasileiro ir, os acordos, os carros brasileiros, a circulação de pessoas. Não existe ainda no papel.

Ainda agora, recentemente, há uma semana, uma equipe de Oiapoque composta pela Prefeita de Oiapoque, uns dois ou três Secretários, o Presidente da



Associação Comercial e eu fomos colocados de volta para Oiapoque lá de São Jorge — e fomos convidados para ir lá. Chegamos lá e a polícia francesa nos enviou de volta. Houve um mal-estar tremendo lá por parte da polícia francesa. Tivemos que fazer um documento, mandar para a Prefeitura da Guiana Francesa para poder tomar uma providência, porque, afinal de contas, somos autoridades aqui. Não fomos lá porque queríamos ir. Fomos inclusive com a presença do delegado da Polícia Federal, que testemunhou parte do que aconteceu lá, o constrangimento que foi para todo o mundo: *“E agora a gente vai embora para Oiapoque com o rabo entre as pernas?”* Foi desagradável. O acordo não foi feito.

Outro dia, alguém me falou: esse acordo que foi feito entre o Brasil e a França — inclusive, até é um palavrão, mas, como há muitas crianças aqui, eu não gostaria de dizer — é o tal do acordo “caracu”, em que a França entra com a cara e o Brasil entra com o resto. É degradante para o Brasil ter que aceitar esse tipo de situação. É degradante! Eu espero que as autoridades possam fazer alguma coisa e ouvir o povo do Oiapoque em outras situações para, quando vierem instalar qualquer coisa aqui, verem os impactos sociais, os impactos ambientais e todo tipo de transtorno que pode trazer para a população. Muito obrigado e boa tarde. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Humberto.

Mais alguém? Alguém tinha pedido a palavra e eu não sei quem foi. *(Pausa.)*

Com a palavra a Profa. Holanda.

A SRA. MARIA RAIMUNDA COSTA HOLANDA LLORENS - Bom dia a todos. Em nome do nosso juiz, Dr. Luiz Grott, eu saúdo toda a Mesa e, em nome do Sr. Edilson, eu saúdo todos os nossos companheiros e alunos da escola Joaquim Nabuco que estão aqui nos acompanhando. A temática é muito séria, principalmente... Eu não vou falar do Oiapoque. Eu sei disso, porque já estou há 14 anos aqui neste Município, mas eu falo como alguém que viveu essa problemática. Eu não poderia nem falar em público, mas eu estou aqui com o coração muito aberto, para estar presente. Meu companheiro sabe, o Benedito Alcântara, e a minha companheira que veio da Diocese de Belém. A irmã compreende porque eu estou feliz por vocês estarem aqui.

Eu gostaria de ter tido apoio da Câmara Federal no momento em que eu denunciei as escravas brancas do Cuiú-Cuiú. Eu vivi sozinha aquele caso. Eu tomava Lexotan para dormir. Minha irmã era professora primária e foi agenciada.



Era uma agência. As coisas vêm assim muito fáceis. Você vê uma menina bonita, bem aparentada, se vestindo bem. Ela era professora primária e achava que ganhava muito mal. Uma agência de viagens se apresentou, oferecendo emprego com bom salário para ela trabalhar em Itaituba. *“Olha, você vai, você pode ser... Como você tem uma formação, você vai ser gerente de um hotel, nós temos rede farmácias”*. Assim, foram agenciadas muitas pessoas. Como ela estava saindo de uma separação, ainda não estava divorciada, tinha 21 anos de idade, a cunhada se propôs a ir com ela. A cunhada estava grávida de 4 meses. Isso para a gente foi um martírio. Vocês talvez não entendam, porque nunca viveram o martírio que nós vivemos diante da impunidade. Eu quero dizer ao meu caro companheiro — vou chamá-lo de companheiro, porque sou paraense também — que eu sempre dizia para os companheiros que me acompanharam na época: *“Eu estou saindo do meu Estado, porque o meu Estado ainda é muito injusto”*. Eu precisava andar às escondidas. Eu tinha do meu lado o pessoal da PF. Só a Polícia Federal estava do meu lado. No momento em que eu fui ouvida, nós conseguimos traços, porque passamos 4 meses sem notícias. Ninguém tinha notícias da minha irmã, e ela, ao chegar a Itaituba, simplesmente, ficou num hotel, no melhor hotel que tinha na cidade, e no outro dia... As pessoas, primeiro, te oferecem dois ou três meses de salário adiantados, você já sai devendo. Foi isso o que ocorreu.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA RAIMUNDA COSTA HOLANDA LLORENS - Não, de Altamira. E, nesse trâmite... Eu creio que muitas pessoas aqui sabem que existem livros escritos sobre o fato. O Gilberto Dimenstein, porque nós passamos para a *Folha de S.Paulo*, porque eu não sabia mais onde ficar... Eu não tinha mais o apoio da Polícia Civil, que estava lá dentro do Cuiú-Cuiú nem da Polícia Militar. Tudo que chegava à delegacia era denunciado. Nenhuma carta saía, nenhuma carta entrava. E a felicidade da minha irmã é que ela adoeceu. Primeiro, levaram-na para esse prostíbulo. Ela notou no caminho... Ela foi na frente do caminhão que a levou até lá — um caminhão baú —, mas o motorista e um dos pilotos dos aviões, porque lá na pista havia apenas 12 aviões para fazer esse trajeto... Ela notou todas as coisas. Como a cunhada estava grávida, a primeira coisa que fizeram foi dar uma pisa na cunhada para ver se ela abortava. Outras pisas eles davam em mulheres lá dentro para que elas abortassem. A minha irmã ainda passou 4 dias no mato, fugiu com



mais duas pessoas, e chegou ao outro garimpo, onde foram encontradas e devolvidas. Um garimpeiro as levou. Ele foi assassinado no meio do caminho.

Então, são coisas terríveis. Quando você sai desses ambientes... Quantas infectadas com AIDS! Nós conseguimos o resgate de 45 mulheres lá dentro, mas com muita luta, porque nós denunciemos para a *Folha de S.Paulo*. Eu tive que denunciar o Governador do Estado, que era o meu patrão, para dizer que o Estado era conivente, e continua sendo. Afirmando até hoje. Foi conivente, porque o que a Justiça me dizia: “São 40 anos, professora, que isso ocorre aí dentro, e a senhora quer fazer justiça agora?” Eu tinha do meu lado a Polícia Federal, que não podia intervir, porque lá eu tinha a Militar e a Civil. Mas me davam todas as orientações, e era com eles que eu passava para dizer: “Eu tenho uma audiência agora com o chefe da Polinter — que não vou citar o nome aqui —...com o chefe da Polinter”. E, para completar, o que a imprensa ainda fez foi veicular a minha foto em todos os jornais para dizer que eu estava... Minha irmã, eu consegui tirá-la lá de dentro, negociando com os traficantes, gravando as informações. Eu virei uma espécie de — como se diz em português? — investigadora. Desculpem, é porque o bilinguismo que entra e veio a palavra em francês. Investigadora investigando, sem saber como investigar, gravando os telefonemas, porque a minha irmã foi ser empregada doméstica, porque adoeceu e estava com malária, na casa dos traficantes, de pessoas que eram donas do garimpo e, para sustentar os homens dentro da área de garimpo, é necessário que existam as mulheres, as jovens para se prostituírem.

Então, é muito sério, é muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Em que ano foi isso, professora?

A SRA. MARIA RAIMUNDA COSTA HOLANDA LLORENS - Meu querido, de 90 a 92.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - De 90 a 92 esse caso do Cuiú-Cuiú?

A SRA. MARIA RAIMUNDA COSTA HOLANDA LLORENS - Do Cuiú-Cuiú. Nós conseguimos desbaratar tudo isso, porque denunciemos para a *Folha de S.Paulo*, para o *Washington Post* e para o *The New York Times*, porque a gente precisava dizer o que estava ocorrendo. Eu consegui resgatar a minha irmã, vocês sabem como? Porque eu telefonei para um delegado da Civil e disse: “Eu estou



saindo agora de Belém. Eu tenho um avião, da Aeronáutica, que... Ele iria me deixar até lá, no Cuiú-Cuiú, porque só entrava de avião e só saía de avião... Então, é muito sério, é muito grave! Quem viveu na pele... e as consequências de tudo isso... A minha irmã ainda sofre até hoje as consequências de tudo isso; as consequências de você, por denunciar, precisar viver se escondendo, sem conseguir passar as suas férias nem com a sua família, que é o meu caso.

Então, denuncie. Você pode denunciar hoje, você tem proteção. E, antes, a Socorro Gomes pediu proteção para mim, e o Padre Nelo, lá na Diocese de Belém,... porque não é fácil e isso é real. E, com certeza, nós não temos acesso às corruptelas dos garimpos, mas se nós tivéssemos acesso, iríamos ouvir o que ocorre lá e o que continua ocorrendo até hoje. E nós sabemos que nós temos mais de 20 mil brasileiros aqui nos garimpos clandestinos. Quantas mulheres estão lá dentro? Quantas foram com os seus próprios pés, por vontade própria? Porque eu discordo que pobreza seja sinônimo de prostituição. Não é! Se é pobre com dignidade. Se nós não temos emprego hoje, nós teremos amanhã, se nós... Nós confiamos no potencial deste Município.

É por essa razão que, com certeza, o Dr. Grott ainda se encontra aqui. É por essa razão que eu me encontro no Oiapoque, como muitos que aqui chegaram: porque nós confiamos. Confiamos hoje na Justiça, confiamos hoje na Câmara Federal, confiamos no Senado, confiamos nos nossos governantes, e, hoje, na Polícia Civil, na Polícia Militar, na Força Nacional que chegou. E vocês sabem muito bem que hoje as coisas estão mais amenas no Oiapoque, mas quantos daqui viajaram em quatro quatros, porque vinham menores que eram pegadas, de onde? Passava-se pela Polícia Rodoviária; você pagava sua passagem lá, mas tinha de deixar duas, três vagas para menores que entrariam depois no carro. Quem nunca viveu isso aqui? E quantas famílias... Porque, quando desaparece alguém da sua família que você denuncia, a primeira coisa que dizem — a Federal sabe disso muito bem, é o caso do Cuiú-Cuiú — é que, quando a Federal chegava lá, não existia mais vestígio. Retiramos, na época, de lá, uma criança, que tinha 14 anos. Nasceu lá dentro, e a mãe foi morta lá. Morta com o quê? Com pisas, com torturas, porque tinha engravidado outra vez.

Eu agradeço de coração, e eu gostaria de convidar a população do Oiapoque, os nossos estudantes: a nossa escola está à disposição para essas denúncias. Não



façam como eu: não denunciem aqui, mas denunciem para a assistente social, para a diretora da escola, para o seu professor. Existe a PF aqui na frente, que são nossos parceiros. Todas as polícias hoje são nossas parceiras na área educacional. Cheguem, denunciem. Não deixem que as coisas fiquem na impunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Profa. Holanda, pelas suas informações. Muitas delas, nós já tínhamos tido conhecimento. O seu depoimento, sem dúvida alguma, consolida boa parte do que a senhora nos trouxe aqui.

Mais alguém, por favor? Padre. Depois, nossa amiga lá de...

O SR. APARECIDO LUIZ DE SOUZA - Boa tarde a todos. Cumprimento as autoridades da Mesa. Estou muito contente por este dia estar acontecendo em nossa cidade.

Como padre da Igreja Católica — estou há 3 anos trabalhando aqui, trabalhei 9 anos antes, em Oriximiná, no oeste do Pará —, os clamores que a gente está ouvindo aqui se confirmam. Realmente, chegam até nós esses clamores das nossas ovelhas, como pastor, e a gente fica preocupado, porque nós temos, na Igreja Católica, o momento da confissão, que é um segredo sagrado e que a gente não vai quebrar nunca. Mas é nesse momento que a gente sente a dor das crianças, dos adolescentes, que vêm chorando, se sentindo vítimas, aliás, culpadas, por determinadas situações que estão acontecendo com elas. Muitas vezes, as famílias mesmas deixam esse sentimento de culpa nelas.

A gente escuta muitas mães, que vêm com a gente, e a gente não sabe aonde recorrer, porque nós estamos abandonados aqui no Oiapoque pelo poder estadual, federal. E elas dizem: eu não vou me expor, padre, porque eu sei que não vai dar em nada. Então, para quem eu vou denunciar, a quem eu vou recorrer?

E o que mais me chocou nesses anos foi quando uma assistente social me procurou, desesperada, porque havia tantas denúncias, tantos documentos, e não sabia a quem recorrer. Até mesmo o pastor da igreja dela disse: *“É melhor a senhora ficar calada, porque senão a senhora vai ser podada”*. E ela disse: *“Padre, o senhor é a última pessoa a quem vou recorrer, porque eu já cansei de bater em portas e só receber: não, fique calada, é melhor não dizer nada porque vai ser perigoso para você”*.



Naquela noite, eu não dormi; na noite seguinte, também não, pensando nas situações, nos casos, nos relatos, nos documentos que eu li, que ela tinha, e pensando por que isso é considerado cultural. E eu agradeço a Deus, todos os dias, o dom do inconformismo, de não achar que é cultural, que essa situação é normal, que não adianta, que, depois que eu for embora daqui, a cidade vai continuar igual, que não adianta fazer nada. Eu não consigo ter esse sentimento.

Então, é importante isso. Para nós da Igreja Católica, no ano que vem, vamos ter a Campanha da Fraternidade sobre o tráfico de pessoas. Então, esse debate volta de novo, nas comunidades, nas missas, na rádio. É um trabalho que, com certeza, vai continuar. E esta audiência hoje aqui vai nos ajudar bastante a trabalhar a Campanha da Fraternidade.

Então, a gente agradece principalmente a presença dos jovens aqui, meus futuros alunos de Filosofia, da Nabuco, que vocês são as vítimas, que vocês têm todo o potencial que esses tipos de criminosos precisam e querem.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Padre Aparecido Luiz.

Nós vamos passar a palavra à Sra. Magali para fazer suas considerações, e a palavra continua facultada às pessoas que queiram fazer uso.

A SRA. MAGALI BANDEIRA DOS SANTOS - Bom dia a todos. Deputado, eu quero fazer uma denúncia sobre uma assistente social, em Macapá.

O meu filho é dependente de drogas e ele tem três filhos. A mulher também. Eu venho lutando com esse rapaz. Eu tenho a guarda das duas crianças.

Eu viajei para Caiena, que a minha filha tinha que fazer uma cirurgia, não é? Então, o meu filho trabalha na SIMS — Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social junto com a assistente social, a Darlita. Ele conversou com ela a respeito do meu filho, de querer uma clínica, de querer ajudar o irmão dele, não é? Aí, ela conversou com ele. Ele falou: *“Olha, porque a mamãe viajou”*. Aí, ele falou para a mulher dele: *“Mamãe, a senhora fale para ela não sair, porque, se ela sair, eu vou entregar a neném no conselho tutelar”*. E os dois, eu trouxe e eles vieram comigo. Aí, quando foi no sábado, ela saiu.

Ele só fez ligar para a Darlita, essa assistente social. Ela pegou a neném e disse: *“Quando é que a tua mãe chega?”* Quando foi com uma semana, eu cheguei.



Eu cheguei dia 2, Dia de Finados. Ela pegou a neném dia 29 de novembro. E ela: *“Quando a tua mãe chegar, eu trago”*. Quando foi dia 4, eu cheguei, eu disse para o meu filho: *“Cadê a neném?”*. Ele falou: *“Não, mãe, ela já está vindo, ela já vai trazer a neném”*. Eu digo: *“Eu quero essa criança hoje aqui, senão eu vou te denunciar à Federal, tu e ela”*. Às 6 horas, às 6h30min, chegou ela e o juiz lá em casa

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Desculpa, deixa-me... Só para eu não perder o fio da meada.

O seu filho, que é dependente, aproveitando de uma viagem que a senhora fez, junto, pelo que a senhora está dizendo, com a convivência dessa assistente social...

A SRA. MAGALI BANDEIRA DOS SANTOS - Não. Quem denunciou foi o outro. O dependente, não; o dependente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, eu sei, o seu outro filho.

A SRA. MAGALI BANDEIRA DOS SANTOS - O meu outro filho, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Trabalhava com ela...

A SRA. MAGALI BANDEIRA DOS SANTOS - Trabalha. Até hoje ainda trabalha na SIMS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Disse para ajudar o seu filho que é dependente.

A SRA. MAGALI BANDEIRA DOS SANTOS - Disse para ajudar — foi —, para ajudar o irmão dele; conversou com ela numa boa. Aí, toda hora ela perguntava: *“E, aí, aí, não saiu mais?”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois, é. Mas, a senhora falou um momento aí que o seu filho disse para a senhora não viajar, porque, senão, ele poderia dar a filha.

A SRA. MAGALI BANDEIRA DOS SANTOS - Não, ele disse assim: *“Mamãe, a senhora vai viajar; avise a ela para ela não sair”*, para a minha nora não sair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Entendi.

A SRA. MAGALI BANDEIRA DOS SANTOS - Eu digo: *“Não, eu já conversei com ela”*. Deixei leite, deixei fralda, deixei tudo. Eu disse: *“Tu não sai”*. Nesse dia, ela saiu para ir à casa da tia dela em Santana. Aí, quando ele chegou, que ele não viu ela, ela já estava esperando. A Darlita já estava esperando. Todo dia ela



perguntava: *“E, aí, Ruan, eles não saíram mais?”* Ele disse: *“Não, não saíram”*. Quando eu estou perto de chegar, ela achou de ir lá. Quando ela chegou — ela chegou eram umas 7 horas —, a neném não estava mais. Ela disse: *“Olha, eu vou levar a neném”*. Aí, o Ruan disse que era para ela entregar no conselho, não é? Ela não entregou, ela não procurou o conselho, ela não procurou nada.

Aí, ela agiu logo, ligou para São Paulo. Está aqui, eu tenho a foto. A minha neném com 2 meses. Tenho a foto da outra criança aqui. Eles são acostumados. Mazagão é um berço de doação, doutor. Eu tenho aqui. Chegou do Mazagão para mim — não sei quem foi que mandou, mas chegou à minha porta — doação ilegal.

Aí, ela pegou, quando chegou dia 4, ela foi lá em casa, ela e o juiz. Ela chegou dizendo que a minha neta estava precisando ir para São Paulo urgente, porque ela estava com problema de coração, e o problema era muito sério — os dois lá conversando comigo. Eu digo: *“Mas, como?”* Quando essa criança nasceu, eu procurei saber tudo, apesar dos pais serem dependentes. Ela disse *“É, mas, vai pela...”* Eu digo: *“Eu não posso levar a minha neta?”* Ela disse: *“Não, a assistente social vai levar, não se preocupe”*. Aí, o juiz falou *“Olha, D. Magali, todos os dias a senhora vai ter notícias da sua neta, porque ele trabalha com a minha mulher, o seu filho”*. Aí, eu fiquei assim. Aí, eu comecei a chorar.

A minha nora, que é enfermeira, trabalha no hospital, disse: *“Não, é o seguinte, esse negócio de problema de coração, isso aqui, em Macapá, existe; aqui, tem tudo, até cirurgia já fazem. Eu quero a neném de volta”*. Ela pegou e disse: *“Não, se vocês me derem 500 reais eu devolvo a criança”*. Quer dizer que, por 4, 5 dias, ela queria aquilo. A gente não tinha para dar, doutor. Aí, eu confiei que o juiz falou. O doutor Salóé disse: *“Quando for dia 10 de janeiro, a neném está de volta. A senhora vai ter notícia”*. E eu... Eles nunca me ligaram. Até hoje, nunca me deram notícia. Eu que estou correndo atrás disso até hoje. Quando foi...

Eu ligava para ela. Eles não me atendiam mais. Ela deixou de falar com meu filho lá na SIMS. Quando foi dia 11, eu fui lá, ela não foi trabalhar. Quando foi dia 12, eu cheguei lá e ela estava atendendo o pessoal. Aí, quando ela me viu, ela se levantou. Aí, ela foi andando. Eu ouvi muito bem quando ela disse assim: *“Essa vagabunda pensa que eu não tenho o que fazer”*. Chegou lá na porta, ela chamou os seguranças e disse: *“Tira essa senhora daqui agora! Tira essa mulher daqui agora!”*. Aí, os seguranças ficaram tudo me olhando, não fizeram nada para mim, porque o



meu filho trabalha lá e eles sabiam desse caso. Aí, ela pegou e disse: "*Tem mais uma, se tu quiser ter notícia da tua neta, tu vai no Fórum do Mazagão*".

Aí, de lá, eu não acertava andar, foi que eu fui lá com o Dr. Gilson (*ininteligível*). Aí, cheguei lá e denunciei tudinho para ele, de menor. O processo começou. Ele não gerou processo. Hoje, eu vivo nesse fórum 24 horas; 24 horas eu vivo nesse fórum. Antes de eu vir... Esta aqui são as fotos da neném. Eu tive que ligar para a *Record*. Eu não tenho acesso a nada. Aonde eu chego, eles fecham a porta para mim. Porque se trata de um juiz. Então, eu não tenho acesso a nada, tudo são eles. Até entrevista ela deu no fórum do juiz, coisa que ela não podia fazer, não é?

Então, está aqui, está me processando; processando eu, o meu filho, que deu a criança. Está aqui. Quer dizer que ele leva a minha criança, ele leva a minha neta, ele rouba. Eu digo logo ele rouba. Esse homem nunca me deu notícia, ele nunca fez nada, nunca fizeram nada, e eu continuo nesse fórum 24 horas. No dia em que saiu a mídia da *Record*, este desembargador aqui se manifestou. Aí, foi que ele pediu o processo para Macapá. E ele vem falando que ele não tinha competência. Ele não é juiz de menor para ele pegar a minha neta e levar para essa família. Está aqui. Esta aqui é a Darlita, esta aqui é a mulher que cuida da criança, que levou a minha neta.

Por isso, eu digo que ele vendeu. Porque, se ele não tivesse vendido, ele não tinha pego, ele não exigia de mim 500 reais. Está aqui. Duas doações ilegais de criança. É desta meninazinha, que mora com a minha neta e aqui o nosso ex-Governador...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Duas crianças?

A SRA. MAGALI BANDEIRA DOS SANTOS - Não. A Darlita? É a quarta com essa que ela dá. Eles fazem o procedimento. Por isso, eu lhe digo que lá no Mazagão é um berço de tráfico de crianças. Está aqui. Está aqui adoção ilegal. Está aqui a adoção desta criança aqui, que mora com ela. Doutor, eu tenho tudinho: eu tenho o DVD; tudinho eu tenho da *Record*. E eu ando atrás, não é de hoje que eu peço, vou para a televisão, e só tem acesso para eles. A mim, ninguém tem acesso a nada.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. MAGALI BANDEIRA DOS SANTOS - Está aqui. Está aqui. Se eu quiser, eu posso... Eu tenho lá em casa. Chegou a minha casa, sem eu querer. Está



aí. O nosso ex-Governador, quando ele foi preso, foi quando ele adotou essa criança aqui. Ela é comadre dele. Estão aí as duas crianças. Isso chegou do fórum do Mazagão para mim. Chegou a minha porta. Eu não sei quem mandou, mas mandaram, me viram na televisão, chorando.

E esta pessoa, esta família aqui passou 9 dias na casa do Saloé. A troco do quê? Ela passou 9 dias para a criança se acostumar com ela. Enquanto eu passando mal, eles festejando. Olhe, está aqui, ela está agora assim. Hoje, ela está fazendo 2 anos. Dois anos, a minha neta faz hoje. Está aqui: a certidão verdadeira, a certidão falsa, e até hoje todo mundo fecha a porta para mim aonde eu chego.

Olha, eu vim do Amapá, eu vim de Macapá, uma buraqueira aí que só eu sei. Estou aqui. Estão aqui as duas certidões. E ela vai à televisão dizer: *“Eu vou colocar sangue se essa criança é devolvida para ela”*. Por quê? Meu filho é dependente, mas eu não fumo, eu não bebo. Eu quero a minha neta. A minha neta foi roubada. Porque, se eu pego um objeto e eu não devolvo, o que acontece? Cadê o tratamento? Ele, sendo um juiz, chegar a dizer que a criança ia fazer um tratamento! Que tratamento é esse que até hoje eu não vi a minha criança, até hoje eu não vi mais a minha neta?

Hoje, ela está fazendo 2 anos. E eu vivo nesta luta. Um ano e oito meses que eu vivo lutando atrás dessa criança. Está aqui o processo. Eu já mandei para o Ministério Público. Ele está me processando. O senhor está vendo? Ele está processando eu, a minha nora e o meu filho. Até deixar de falar com o meu filho, ela deixou de falar, a minha nora. Porque ela vem, por causa do dinheiro que ela ofereceu. E eu tenho muita testemunha que viu quando ela disse: *“Eu te devolvo a criança; se você me der os 500 reais, eu te devolvo a criança”*.

E eu vivo no fórum 24 horas. O processo está lá. Eu não sei por que até hoje não fizeram nada. Por isso, eu estou aqui lhe pedindo pelo amor de Deus que o senhor faça alguma coisa por mim. Eu não aguento mais viver andando naquele fórum. Eu lhe juro, doutor. Eu lhe peço: pelo amor de Deus, vocês têm que me ajudar. Eu não aguento mais viver nesta angústia, não. A minha neta não é filha de cachorro, não; é filha de gente. Porque o pai é dependente? Mas, eu não sou. Eu estou com duas guardas das duas crianças que eu tenho. Está aqui. Este é irmão da neném. Eu tenho outro, que está de 4 anos, já estuda.



Por que eu não posso ter a minha neta de volta? Eu quero a minha neta de volta. Eu não aguento mais. Sinceramente, hoje está fazendo 2 anos. Tem 1 ano e 8 meses que não vejo a minha neta (*choro*), e agora ainda querem me processar. Quer dizer, ele fez o que fez, e agora está querendo me processar, querendo que eu pague cesta, que eu faça isso. O Ministério do Mazagão já é a quarta coisa que ele manda para mim e eu vou e levo para a Defensoria para me defender. Quanto à criança, não fala nada. Continua lá em Jundiaí. Ela está lá em Jundiaí essa criança. (*Choro.*) Eu lhe peço, doutor, pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora tem advogado, tem defensor público?

A SRA. MAGALI BANDEIRA DOS SANTOS - Tenho defensora lá em Macapá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora sabe o nome dela?

A SRA. MAGALI BANDEIRA DOS SANTOS - Dra. Neusa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dra. Neusa?

A SRA. MAGALI BANDEIRA DOS SANTOS - É, Dra. Neusa, lá da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Neusa de quê?

A SRA. MAGALI BANDEIRA DOS SANTOS - Não sei o nome dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É da Defensoria Pública de Macapá, é isso?

A SRA. MAGALI BANDEIRA DOS SANTOS - É, sim, da Vara da Infância. Estão aqui os dois registros falsos. Dois registros a criança tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Entendi.

A SRA. MAGALI BANDEIRA DOS SANTOS - Eles chegaram lá e queriam porque queriam um documento. Eu disse: "*Eu não tenho documento*". Eu me desesperei quando o juiz falou para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós já ouvimos essa senhora lá de São Paulo, na CPI.

A SRA. MAGALI BANDEIRA DOS SANTOS - Pois é, de São Paulo, dizendo que pegou a criança na boca de fumo. Minha casa não é boca de fumo não, doutor! Todo mundo me conhece naquele Bairro do Trem. Eu moro há 59 anos ali. E ela vem dizer que pegou a criança numa boca de fumo.



Eles são acostumados, a Darlita é acostumada a pegar criança e eles colocam logo doença em cima, e não existe doença nenhuma. Está aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está o.k. Estou lhe devolvendo aqui.

Obrigado.

A SRA. MAGALI BANDEIRA DOS SANTOS - Está bem, doutor.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, D. Magali. *(Palmas.)*

Mais alguém gostaria de falar? *(Pausa.)*

Pois não, querida. Nós já vamos terminar. Ninguém fique... Sei que esta hora é uma hora cruel, está certo? Mas é só mais um pouquinho que nós já vamos tirar as nossas conclusões aqui, está certo?

A SRA. MARIA DE NAZARÉ DOS SANTOS OLIVEIRA - Até porque já vai terminar também né? O que eu tenho para falar, não é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Qual o seu nome?

A SRA. MARIA DE NAZARÉ DOS SANTOS OLIVEIRA - Maria de Nazaré, faço um trabalho na pastoral carcerária e pastoral social, junto com o Padre Luiz. Eu fiquei feliz quando ele disse que vem lá da Pastoral Social de Macapá.

Então, eu não vou contar as histórias e mais histórias do que acontece aqui no Oiapoque, que nem as outras pessoas já contaram, porque a gente já sabe de todas essas histórias.

Mas uma coisa que me deixa um pouco preocupada... É bom vocês estarem aqui conosco nesta reunião? É. Mas se eu for olhar na minha agenda — eu estava aqui me questionando —, se eu for olhar na minha agenda o ano em que cheguei aqui, ao Oiapoque, em 2001, até hoje, eu não sei a quantas audiências públicas eu já vim igual a esta, com todos esses questionamentos.

Então, o que eu tenho para falar e pedir hoje para vocês é: o que podemos fazer, sociedade organizada, como estamos hoje aqui? É isto: é manifestar a nossa indignação diante de tudo que acontece aqui no nosso Oiapoque. Eu digo nosso Oiapoque porque estou vivendo aqui. Então, a gente sabe de todas essas histórias. E não é a primeira audiência pública que está tendo.



Então, o que eu quero é pedir para vocês, porque, com certeza, está no alcance de vocês, nas mãos de vocês mais do que na minha, na minha e na nossa aqui da sociedade, é que façam alguma coisa.

A pergunta que não quer calar é: a partir de hoje, depois que terminarmos esta audiência, depois que todos forem embora para suas casas, depois que vocês forem embora fazer os trabalhos de vocês lá na Câmara dos Deputados, o que é de concreto que realmente vai ficar aqui para nós e o que de concreto vocês vão levar e quando? (*Palmas.*) Quando é que nós vamos ter essa resposta? O que foi feito ao longo de todas essas audiências públicas? O que foi feito de concreto? O que está sendo feito? E o que é que nós vamos fazer, a partir de hoje, a começar por vocês?

A gente ouviu aqui muitas histórias, muitos relatos, e todos são verdadeiros. O que vem acontecendo... porque eu acompanho também. Porque, quando fala em sociedade, a gente está engajado com todo tipo de pessoa, com todo tipo de gente e convivendo com todo tipo de situação. A gente é que vai escutar o clamor dessas pessoas. Então, eu faço parte desse grupo e vou escutar o clamor dessas pessoas, que nem o Padre Luiz falou que escuta nas confissões dele, que escuta lá, na casa dele. Então, eu faço parte desse grupo também. Então, são histórias e mais histórias.

Eu vejo assim também: dois lados. Quando o Dr. Grott falou que são pessoas daqui que vão se prostituir, e às vezes elas querem ir, isso é uma verdade. Quando o repórter falou que viu pessoas lá, na França, quando ele foi lá, eu vejo que há facilidade para entrarmos na Guiana Francesa. Para as coisas ruins é muito fácil entrar. A gente não vê isso? Agora, para entrarmos para as coisas boas, as nossas necessidades, é muito difícil. Eu já vivi isso na pele, porque, ano passado, quando tínhamos que entrar numa comitiva da Igreja Católica, que era para... lá acontece o Círio de Nossa Senhora de Nazaré. O que aconteceu? Não, só entra se tiver o passaporte, se tiver alguém que lhe dê o papel para você ficar lá. Está. Mas quando é para coisas ruins, para prostituições, para coisas ruins, é uma facilidade muito grande. Eu voltei no primeiro ano. Eu fui até lá no PAF e voltei. Estava só com o passaporte, e não pode. Porque eu estava desenvolvendo algo bom, que era do nosso interesse, interesse da sociedade. Aí só pude entrar o ano passado, quando eu estava com o passaporte na mão, quando foi... Eles deram para ficar 8 dias lá, e foi aí que eu pude ficar.



E lá eu pude ver. Eu conversei com uma família. Eles são daqui, e a mulher lá com quatro filhos numa situação precária. Não tem pobreza lá? Tem muita! Só que não são pessoas de lá. Não são franceses. Tem os crioulos, tem o pessoal de Suriname e tem os brasileiros que têm tipo uma favela. Eu estive lá. Eu presenciei e conversei com uma família hospedada próxima da casa onde eu estava, em situação precária. E eu perguntei para ela: *“Minha querida, por que você não vai embora para o Brasil? Porque você tem a sua mãe lá, tem a sua família”*. E o que deu pra eu entender é ela quer ter a importância de estar... de chegar aqui e dizer: *“Eu estou lá na Guiana Francesa”*. Mesmo que esteja em situação precária, em situação muito ruim. Então, é fácil para as coisas ruins. Quando é para as coisas boas, que são do nosso interesse, é muito difícil.

E outra coisa com que eu fiquei muito indignada foi quando eu soube desse acordo. Infelizmente, na época, o nosso Presidente Lula assinou esse acordo. Mas o Presidente Lula não fez isso só. Será que aqui, em Macapá, ou daqui, de A a Z, de políticos, de Vereador a Presidente, eles não tomaram conhecimento disso? Tomaram conhecimento, sim. Agora, a falta de respeito para conosco foi muito grande, que nem o doutor acabou de dizer. Eu concordo com ele. Foi uma falta de... Porque não foi ouvido ninguém daqui. Então, vocês... Com certeza, o Deputado Bala já estava lá nessa época, não é? E por que não teve nenhum clamor? *“Então, vamos urgente para o Oiapoque fazer alguma coisa”*. E o que tem sido feito de lá até hoje? O que tem sido feito de concreto para vir aqui e dar uma resposta? Então, o que eu quero dizer hoje para vocês e que está mais na mão de vocês do que na minha, com certeza, é que, a partir de hoje, que a gente não venha daqui 2 ou 3 meses ou no próximo ano ter uma audiência desta mesma natureza, e nós termos que repetir as mesmas coisas, as mesmas calamidades, ter que falar das mesmas dores. Que já venha com algo concreto. Que já venha com algo que possa resolver, que possa começar, que possa dar o primeiro passo. E isso estava com vocês. Está na mão de cada um de vocês.

Então era isso que eu queria falar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais alguém? *(Pausa.)* Não. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pelo amor de Deus, não, não é? *(Riso.)*



Deixa eu tentar ver aqui como é que a gente vai encaminhar.

Eu vou fazer uma breve consideração de tudo que eu ouvi aqui. Eu acho que a gente sai daqui, desta audiência — eu comentava agora com o Deputado Bala Rocha —, com certeza, com um olhar muito mais pleno e diverso, crítico, profundo dessa realidade que envolve todos nós, mas principalmente vocês, que são os agentes vivos, permanentes, estruturais dessa sociedade de Oiapoque e do Amapá.

Eu tenho uma noção muito clara disso, porque sou aqui vizinho. E os problemas daqui, ainda que existam as suas especificidades, não são diferentes dos problemas vividos no Estado do Pará e em outras regiões do Brasil. Não são muito diferentes. Principalmente aqui na Amazônia, não são muito diferentes.

Nós já tínhamos que ter vindo aqui antes, é verdade. Nós estamos há 8 meses adiando esta vinda aqui. Infelizmente, o nosso objetivo não era estar só aqui. Nós íamos sair daqui para o Suriname e daqui para a Guiana. Infelizmente, nós não tivemos a colaboração do governo surinamês. Nós imaginávamos... porque eu sei que o fluxo de vocês aqui de Oiapoque é muito mais aqui com a Guiana, claro, é onde a fronteira está mais direta. Mas, para fins de prostituição e tráfico de pessoas, o Suriname é um fluxo, talvez, até mais intenso do que a Guiana. E a fronteira do Suriname é com o Amapá e com o Pará. E, lamentavelmente, o governo surinamês não quis colaborar.

Foi um erro nosso avaliar que o governo do Suriname teria interesse em, pelo menos, reduzir essa pecha, esse clichê, esse carimbo de ser um governo que recepciona essa mercadoria chamada ser humano para fins de degradação, seja no tráfico, seja na exploração, seja em outras condições que agravam a condição e a dignidade humanas. E a impressão que nós temos hoje...

E eu digo aqui o que eu disse para o Ministro das Relações Exteriores, Ministro Antonio Patriota, que, lamentavelmente, a impressão que nós temos é que o governo surinamês é cúmplice e patrocinador disso.

Esse Presidente do Suriname, que inclusive é acusado de tráfico de drogas, dentre outros crimes... Eu estou dizendo isso aqui, sendo gravado, e é para chegar ao conhecimento das autoridades do Ministério das Relações Exteriores. Nós não vamos hoje ao Suriname porque o governo surinamês teve receio de que esta CPI pudesse ver de perto as coisas que acontecem lá, com a conivência do governo. Porque parte da economia do Suriname se reporta a essa tragédia humana a que



todos aqui, de uma forma ou de outra, mais direta ou indireta, se reportaram. E nós ficamos esses 8 meses tentando negociar, fazendo esse diálogo infértil com o governo do Suriname.

Nós da CPI não estamos tentando quantificar muito essa coisa do tráfico. Que o tráfico se dá, em grande parte, pela exploração sexual de mulheres e de homens também, mas principalmente de mulheres, adolescentes, menores... Pedofilia, como foi dito aqui pelo juiz e por outros, que talvez seja a incidência maior, e o crime é infinitamente mais grave, porque se revela num ser tutelado.

Eu presidi uma... Eu fui Relator e autor de uma CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado do Pará. E nós chegamos, em 5 anos de investigação, a quase 100 mil casos, no Estado do Pará, de abusos, violência e exploração de criança e adolescentes. A maioria dos casos na família. Vinte por cento desses 100 mil casos, portanto, 20 mil casos, ao longo de 5 anos, praticados contra crianças de zero a 6 anos de idade, um trauma que é definitivo, para o resto da vida. E muitas vezes praticados contra seres humanos que não têm a menor capacidade de defesa, de reação, sequer de denúncia, sequer a noção da gravidade do crime do qual está sendo vítima. E isso, lamentavelmente, não é uma estatística do Estado do Pará. Essa é uma estatística da Amazônia e do Brasil inteiro. E tem uma CPI no Congresso que está tratando disso pela segunda ou terceira vez, presidida pela Deputada Erika Kokay e da qual eu faço parte, e o Deputado Luiz Couto também faz parte.

E nós temos esses dois crimes, o da pedofilia e o do tráfico humano. São crimes que dialogam muito entre si. O limite entre essas duas coisas é muito tênue, é muito frágil, até porque às vezes acontecem os dois crimes numa mesma situação, em que a criança é vítima de tráfico humano e, ao mesmo tempo, é abusada sexualmente.

O caso das escolinhas de futebol a que o Deputado Bala Rocha se referiu, que pegou 12 jovens do Pará para São Paulo, e eles perderam o vínculo com a escola, com a família, comendo ração, em condições subumanas de vida, sendo abusados. E se a polícia e o Ministério Público não denunciasses, eu nem saberia dizer se esses garotos ou parte deles estaria viva hoje, porque muitos deles perdem o vínculo ou fragilizam o vínculo com a família, daqui a pouco desaparecem, e



muitas vezes são sacrificados para tráfico de órgãos, que tem um mercado muito atraente no Brasil e no mundo inteiro.

Não duvidem! Existem organizações criminosas poderosas ganhando dinheiro com isso. Isso é uma indústria que movimenta bilhões. E, infelizmente, a sociedade tem muito pouco conhecimento e crença de que essas coisas existem. Até hoje, tem muita gente achando que o que aconteceu na novela é coisa de ficção. Tem muita gente que acha que... E o que aconteceu na novela é fichinha, diante do que nós temos visto nesta CPI, ao longo desse um pouco mais de ano que nós temos percorrido este Brasil e recebido denúncias. A coisa é infinitamente mais grave, mais recorrente.

Portanto, eu não sei medir isso. Hoje de manhã a jornalista perguntava: “O Amapá está em que colocação?” Eu disse: “Olha, esse ranking nós não temos e fazemos questão de não ter”. Não importa se são cem casos ou um caso. Eu não sei o que é mais grave. A situação é gravíssima. Nós estamos banalizando a vida humana. Nós estamos coisificando a dignidade e o bem jurídico mais importante que a sociedade tem. Aliás, a razão principal ou a mais importante pela qual toda a sociedade... pela qual se justificam a economia, as relações sociais é a vida humana, o ser humano, o meio ambiente. Quando se discute o meio ambiente, se discute em favor do ser humano. Pelo menos eu penso assim. Esse é o ator principal do cenário.

E o que nós estamos vivendo hoje? Uma sociedade que coloca os crimes contra o ser humano em quinto escalão. O nosso ordenamento jurídico, as nossas leis são infinitamente mais rigorosas para proteger o patrimônio do que a vida humana. É muito mais fácil você mobilizar o Estado por um fluxo de capitais, por um investimento na bolsa de valores. É muito mais fácil mobilizar o Estado brasileiro ou um agente da segurança em torno de um crime patrimonial, do roubo de um carro importado de um bacana qualquer, do que para uma mulher pobre com uma criança de 13 anos que foi vítima de um estupro ou está grávida às vezes.

Eu estou falando porque no meu Estado assistimos a isso. Delegados de polícia lá em Conceição do Araguaia, uma mulher pedindo justiça, e ele diz: “Vá para casa. Isso não é problema de polícia. Converse lá com o cara e pode ser que ele ajude essa criança e ainda pague o colégio dela e lhe dê uma cesta básica por semana ou por mês. Isso não é problema de polícia”. Agora, vá lá com esse



delegado em Conceição do Araguaia, esse mesmo... E, por favor, eu não estou querendo fazer acusações genéricas aqui, porque em todo lugar tem gente do bem e do mal; tem muitos bons delegados de polícia, como tem muitos bons Deputados e tem muito bandido também naquela Câmara de Deputados, lá no Congresso, nós sabemos disso. Inclusive, um punhado deles acabou inocentando um presidiário que continua sendo Deputado e com a condição de legislar, envergonhando o Brasil e a sociedade brasileira na última votação. *(Palmas.)* Mas, enfim, esse agente do Estado, que fala em nome do Estado, muitas vezes é muito mais fácil mobilizar se for para recuperar um carro roubado, principalmente se o cara, como dizem, molha o pé da planta, dá uma gratificação para que ele possa recuperar aquele bem. É verdade. Nós sabemos disso, não é? Então nós estamos vivendo esse tipo de sociedade e nós precisamos reagir com relação a isso.

A nossa amiga Maria de Nazaré, que é da Pastoral... eu não sei se eu vou frustrá-la com o que eu vou dizer. Eu acho que nós podemos fazer alguma coisa e eu entendo a sua preocupação quando diz: *“Sim, e amanhã? As pessoas continuam saindo para o colégio, para trabalhar, para ir não sei para onde, para viajar, para ir para o trabalho, para ir para o hospital. A vida continua. E o que é que muda?”* O que muda vai ter que ser pactuado aqui. Nós não vamos substituir o processo endógeno de superação desses contrastes aqui. Eu não sei se eu posso fazer mais do que a senhora ou se a senhora pode fazer mais do que eu. Eu acho que nós podemos fazer juntos, cada um no seu pedaço. Nós não vamos trazer soluções para esses problemas. E talvez eu frustre a senhora dizendo isto: nós não vamos trazer a solução mágica. Nós podemos fazer pactos de cooperação, mas sem a ação dos senhores e das senhoras aqui, que vivem o dia a dia, que sofrem na pele isso, nós não vamos resolver.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro! Eu entendi. Mas o que eu estou dizendo é que esse parto vai ter que ser feito aqui, com os agentes daqui. E evidentemente nós temos responsabilidade e vamos fazer, até porque a gente já sabe de muitos dos problemas, alguns ditos aqui, outros não ditos.

Nós sabemos do envolvimento nessa questão do tráfico e da pedofilia inclusive de muita gente grande. Há denúncias que chegam envolvendo pessoas importantes da sociedade. A CPI que nós presidimos lá no Pará, a da pedofilia,



botou o Deputado Estadual mais votado na cadeia, condenado, preso. Botou o irmão da ex-Governadora do Estado, Dr. João Carlos de Vasconcelos Carepa, preso, condenado. Vários empresários, padres, pastores, donos de clínicas, médicos, professores da universidade, como o Dr. Hector Puerto, dono da Clínica Amazônia, professor da UEPA, titular, preso. Porque acho que a sociedade não mais aceita esse pacto criminoso do silêncio, de jogar isso tudo para debaixo do tapete.

Aqui nós temos denúncia contra um ex-Vereador da Câmara Municipal de Oiapoque, que é acusado de crime de pedofilia. Nós temos denúncia contra gente importante, inclusive dono de cartório aqui do Município. Nós temos denúncias contra empresários, que estão sendo investigados, inclusive, pela Polícia Federal. Mas é preciso quebrar o pacto do silêncio, é preciso que as pessoas tenham coragem, ao fazer a omelete, de quebrar o ovo, porque senão nós não vamos a lugar nenhum. Enquanto ficar esse jogo de comodidades — porque existem relações sociais, relações de poder, relações de interesse envolvidas nessas questões —, nós vamos ficar desse jeito: remoendo, empurra para ali, joga para acolá, acomoda bem aqui, e vão se tocando as coisas em banho-maria, como se diz na gíria.

Problemas no hospital. Há situações em que muitas vezes uma jovem desesperada, pobre, já entra no hospital para parir o seu filho com o documento de terceiros, e essa criança já sai do hospital de Oiapoque traficada, porque aquela mulher já entra com uma documentação que não é dela, e a criança já sai registrada para o tráfico. E quem é que pode botar o dedo nessa ferida? Os agentes locais. Nós precisamos investigar isso. Nós precisamos que as autoridades do Estado, do Município e as autoridades federais ajudem, mas essas questões do dia a dia, do cotidiano, nós não temos acesso para fazer.

Nós temos situações que envolvem, inclusive, índios, crianças, jovens indígenas, porque também muitas vezes para os franceses e para os europeus esse perfil do negro, do indígena, do cafuzo, da nossa miscigenação étnica, gera um determinado fetiche para esses estrangeiros. E todos aqui sabem disso, como eu sei. Nós, da Amazônia, sabemos disso. E esses fetiches são vinculados com mercadorias para satisfazer desejos, muitas vezes de estrangeiros, e isso vira mercadoria também.

Então, eu queria, ao concluir os nossos trabalhos, dizer que esta CPI vai apresentar o seu relatório e nele vai constar tudo isso e mais alguma coisa. Nós



vamos pedir o indiciamento de todos aqueles que, para a CPI, tenham gerado a convicção dessa prática criminosa. Nós não temos compromisso com ninguém, a não ser com a verdade e com a justiça (*palmas*), com ninguém mais. Nós temos — e o Deputado Bala Rocha sabe disso, a Deputada Janete sabe disso —, nós temos um pacto de sangue. Nós não aliviemos ninguém. Não interessa se está protegido (*palmas*) por Governador, por Deputado, por Prefeito, por Presidente, por Ministro, se é do partido A, se é do partido B, se está alinhado com Situação ou com Oposição. Não importa. Nós não vemos a conta bancária de ninguém, nem o tamanho, nem a cor do anel que está no dedo, nada disso, nós temos um pacto... Essa coisa é grave demais pra gente ficar... "Não, põe isso aqui para debaixo do tapete, porque esse aqui é amiguinho do fulano de tal, esse aqui foi um pedido não sei de quem...". Não existe isso na CPI. Os senhores podem ter absoluta certeza disso.

É por isso que, de novo, nós fazemos um apelo: nós precisamos de informação. É evidente que nós somos escolados o suficiente. Nós não vamos pegar de empurrão. A primeira informação sempre é checada com a segunda, com a terceira... Isso vai para a Polícia Federal que já está investigando. Nós temos um pacto. O Dr. Leandro, Diretor-Geral da Polícia Federal, é nosso aliado. Tem ajudado muito esta CPI. O Ministro Joaquim Barbosa, Presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, tem sido parceiro desta CPI. A Ordem dos Advogados do Brasil tem sido parceira. O Dr. Vinicius esteve conosco várias vezes. Tem um representante da OAB, Dr. Ismael, acompanhando os trabalhos da CPI, assim como a Dra. Mary Cohen. A CNBB tem sido parceira. As igrejas evangélicas têm sido parceiras da CPI. O Conselho Nacional do Ministério Público tem sido extremamente parceiro e está ombreado... Portanto, nós estamos com uma turma boa de parceria, de comunhão de interesses, porque esse problema do tráfico não é contra o Governo A, não é contra o Governo B, não é disso ou daquilo; é um problema civilizatório e que nós precisamos colocar um marco.

A CPI vai apresentar, e é outro problema, uma sugestão ao Congresso de mudança profunda na nossa legislação, outro problema, porque o nosso ordenamento jurídico é extremamente vulnerável, frágil, obsoleto, superado, seja no Estatuto da Criança e do Adolescente, seja no Código Penal, seja no Código de Processo Penal, seja na Lei de Imigração, o Estatuto do Estrangeiro que tem a ver



com vocês aqui, por conta dessa questão de fronteira. Nós temos ajudado o Ministério da Justiça. Acabamos de aprovar, em caráter de urgência, o Adicional de Fronteira para a Polícia Rodoviária Federal e para a Polícia Federal, porque a gente sabe que, principalmente na Amazônia, a defasagem da presença desses policiais é muito grande. Os concursos são nacionais, e aí o sujeito vem do Paraná, de Santa Catarina — e são bem-vindos todos —, de São Paulo, de onde for, ficam aqui, longe da família, em condições inóspitas, em condições adversas, e não tem uma gratificação que possa estimular a sua presença, compensar inclusive o seu denodo, o seu esforço nessa direção. Já está pronto para a sanção. Foi aprovado na Câmara e, na semana passada, no Senado. Já está para a sanção da Presidente Dilma, e a gente espera que seja sancionado nos próximos dias esse projeto. Ou seja, as coisas estão sendo superadas e avançando.

Então, aquelas pessoas que queiram nos ajudar passando informações, nós vamos ficar ainda um pouco aqui para ouvir algumas pessoas que nos solicitaram que querem conversar de forma separada.

Nós vamos ter o nosso disque 100 e o disque 180, dois telefones 0800. Não precisa se identificar. Pode inclusive fazer a denúncia sem ter que colocar o nome, o endereço. A gente apela apenas para que não se faça trote, porque, realmente, isso dá um trabalho muito grande. Mas o disque 100 e o disque 180 estão à disposição. Os nossos telefones da CPI, para quem quiser... Nós vamos mandar para as pessoas dessas entidades todas que estão participando... Nós vamos deixar aqui com o Presidente da Câmara, com a Cristine, com a Deputada Janete e com o Deputado Bala Rocha, que estão aqui mais próximos de vocês, no cotidiano, enfim. Há várias formas para quem quiser... As entidades da Pastoral e das igrejas em geral, padres e pastores... Podem chegar ao nosso conhecimento essas denúncias. Basta mandar para o e-mail da CPI — *cpitraficodepessoas@camara.leg.br*.

Queria muitíssimo agradecer.

Vou facultar a palavra aos nossos convidados que ainda queiram fazer alguma consideração, algum agradecimento.

Eu agradeço sinceramente a todos os senhores e as senhoras pela presença nesta audiência de hoje.

Alguém quer fazer alguma consideração. Promotor? Dr. Juiz? O pessoal está de olho ali... Dr. Delegado?



Delegado Tito, por favor.

O SR. TITO GUIMARÃES NETO - Boa tarde a todos. Uma boa-tarde ao Presidente da Mesa, extensiva aos membros da Mesa e aos demais presentes.

Estamos aqui na fronteira; estamos no nosso País, o Brasil, e do outro lado, a Guiana Francesa. Então, as discussões em relação ao que está sendo tratado no Congresso Nacional... E a população tem que entender que quem trata desse tipo de discussão é o Governo Federal. Claro, com a Constituição de 88, que, como bem disse Ulysses Guimarães, é uma Constituição cidadã, porque está mais perto do Município.

Então, essa discussão tem que ser trazida, e acredito, Deputado Bala, que a discussão será trazida em relação a esse tratado que ainda está para acontecer. Cabe esclarecer, porque falam do tratado, mas ninguém ainda colocou, não disse o que é esse tratado, do que se trata, quais são as suas compensações, do porquê, as consequências e tudo o mais. O que é esse tratado? Acho que sim, tem que ver, esclarecer a população. É evidente.

E, tratando da questão da segurança pública, quem vive aqui há muito tempo, como o Caluf, tem a vida, a família aqui toda, sabe muito bem a transformação pela qual vem passando o Oiapoque. O Oiapoque vem passando por uma transformação, principalmente na área de segurança pública. Hoje, a realidade aqui é bem diferente, mas como estamos tratando aqui das causas, das consequências e dos responsáveis nessa questão de tráfico, especificamente de tráfico de pessoas, bem colocou ali o Dr. Grott, o tráfico doméstico, e, principalmente, com a influência do Pará... E vejamos aqui a composição da Mesa mesmo: muitos paraenses. Aqui, no próprio Oiapoque, é composto de pessoas de todos os lugares do País.

Então, aqui, tínhamos essas boates, essas casas de prostituição, que eram uma ponte... Aqui era e continua sendo rota internacional para tráfico de pessoas; não só pessoas, mas armas, drogas — principalmente armas.

E, Vereador, a questão da embarcação aqui é justamente para tentar coibir essa rota que tem... Porque nossas estradas, na Amazônia, são os rios. Não adianta ter essa ponte aqui, porque ela vai concentrar esse tráfico. É a ponte que vai unir aqui a Guiana Francesa ao Brasil através do Amapá. Ela vai concentrar ali, a Polícia Federal... As pessoas vão passar por ali, mas a rota do crime aqui na região, na Região Amazônica, são os rios.



Então, cobre — viu, Deputado Jordy? — a presença da Marinha. Tínhamos que ter aqui um porto de embarque e desembarque de pessoas e de cargas. Aqui é o maior banco pesqueiro do mundo. Está aqui. Muita gente de Vigia vem pescar aqui no Estado do Amapá. Então, as riquezas da região, sim, estão sendo levadas. Isso tem que ser trabalhado. Então, sofremos consequências também de administrações que... A população tem que cobrar. Estão aqui os jovens. Quando você escolhe mal, você sofre consequências. *(Palmas.)* E essas consequências se refletem aqui na comunidade, no futuro deles aqui. Viu, Vereadora, tem um polo universitário aqui. Vai ser construído um polo. Então, o que tem que ser discutido aqui? Qual o futuro do Oiapoque? A área territorial aqui é pequena. Temos aqui outro país, áreas protegidas, áreas indígenas, e os índios aqui podem circular, porque eles são nômades. A região aqui... Para eles, não tem fronteira.

Então, essas discussões, sim, têm que ser aprofundadas e aprofundadas aqui, no Município, e cobrar das autoridades, como se vem cobrando. Então, é importante sim.

O nosso sistema jurídico fomenta a impunidade. Ele fomenta a impunidade. Aqui no Brasil pagamos auxílio-reclusão para a família do preso de 900 reais, enquanto o trabalhador ganha 600 reais. Então, é muita coisa. É isto. É muito importante essa discussão. Pena que também... Poderíamos estender e acho que, não sei, chegou um aviso lá, pelo menos para a Delegacia-Geral, ontem. Então, o Governador designou. Tem o plano de participação do Governo no Laranjal do Jari. Ele está prestando conta. Não chegou a tempo no caso a notícia aqui desta audiência.

Então, estender, para que a população compareça, e, da próxima vez, ter uma divulgação maior, num local mais amplo, até para ser discutido. E a questão da praça... A praça aqui do Município existia. Parou para ser reformada. E por que não foi reformada? Quanto tempo está assim? É a questão da consequência do voto do eleitor. *(Palmas.)*

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado ao Delegado Tito pelas suas considerações. Concordamos com as questões aqui colocadas.



A gente, mais uma vez, agradece a todos os senhores a presença. Os nossos contatos são estes colocados aqui. As autoridades todas podem ser porta-vozes das denúncias.

Nós vamos ficar aqui mais um pouquinho para conversar com as pessoas que queiram conversar separadamente.

Muito obrigado pela presença. Nossos convidados aqui: o Dr. Juiz, o Dr. Promotor, o pessoal da infância, a nossa assistente social, o Presidente da Câmara, o nosso representante da autoridade policial federal e civil e os nossos convidados também da Pastoral.

Obrigado.